



Universidade Católica do Salvador- UCSAL

Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade.

JOICE PEREIRA ANDRADE TEIXEIRA

**RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: ELEMENTOS PARA
UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRA HEGEMÔNICA NAS ESCOLAS.**

Salvador-Bahia

2022

JOICE PEREIRA ANDRADE TEIXEIRA

Racismo ambiental e territorialidade: elementos para uma educação ambiental contra hegemônica nas escolas.

Dissertação do programa de Mestrado Território, Ambiente e Sociedade como requisito parcial à obtenção do título de Mestre sob a orientação da Prof^a Laila Mourad Nazem e Coorientação da Prof. Maya Constance Manzi Delaporte.

Salvador-Bahia

2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

T266 Teixeira, Joice Pereira Andrade
Racismo ambiental e territorialidade: elementos para uma educação ambiental contra hegemônica nas escolas. / Joice Pereira Andrade Teixeira. __ Salvador, 2022.
123 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profª. Drª. Laila Mourad Nazem.
Coorientadora: Profª. Drª. Maya Constance Manzi Delaporte.

1. Racismo Ambiental. 2. Territorialidade - Aspecto socioambiental.
3. Educação Ambiental. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Nazem, Laila Mourad – Orientadora.
III. Delaporte, Maya Constance Manzi – Coorientadora. IV. Título.

CDU: 711.4: 504.03

TERMO DE APROVAÇÃO**JOICE PEREIRA ANDRADE TEIXEIRA****RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: ELEMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CONTRA HEGEMÔNICA NAS ESCOLAS.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de
Mestre(a) em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 31 de março de 2022.

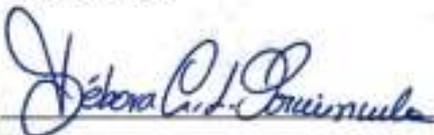
Banca Examinadora:



Prof.(a)s. Dr.(a)s. Laila Nazem Mourad - UCSAL (orientadora)



Prof.(a)s. Dr.(a)s. Maya Constance Manzi Delaporte – UCSAL (co-orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Debora Carol Luz da Porciuncula (examinadora interna)



Prof.(a) Dr.(a) Carlos Frederico Bernardo Loureiro (examinador externo)
(UFRJ).

**Dedico ao meu filho Pedro,
Com todo o amor que existe em mim neste
e em todos os nossos reencontros.
Eu te amarei infinitamente.**

AGRADECIMENTO

Agradeço inicialmente a uma poderosa energia que move a minha vida e me faz acreditar o quanto sou capaz de fazer a diferença aqui neste planeta e fora dele: **DEUS**. Agradeço aos meus guias que me auxiliaram no processo de conexão e entendimento sobre o que eu sou e o que eu fui para tratar dos meus resgates através das aproximações e experiências que o aprofundamento das minhas leituras para este escrito me proporcionaram. Gratidão eterna aos meus familiares e ao meu esposo que nunca me deixaram fraquejar quando eu pensava já não ter mais forças para seguir. **Amo muito cada um de vocês!**

Aos amigos Adalgisa, Edileide e Axel que foram fundamentais no meu processo de transformação e descoberta do meu propósito enquanto ser espiritual, humano e profissional. Obrigada por acreditarem tanto em mim e por todo o apoio. Agradeço à minha orientadora Laila Mourad e a minha Coorientadora Maya Manzi pelo direcionamento científico, palavras de conforto e todos os ensinamentos. A prof. Débora Porciuncula por ter aceitado participar da banca e contribuir tão significativamente com a minha pesquisa enquanto professora e mulher engajada com o seu exemplo de luta e resistência. Vocês são inspiradoras! Gratidão ao prof Frederico Loureiro, quem me proporcionou as primeiras aproximações com a Educação Ambiental Crítica a partir dos seus livros e experiências. Desde então, você vem sendo o meu mestre na arte de ensinar e aprender uma Educação Ambiental de respeito e de transformação. Ainda custando a acreditar que essa admiração transcendeu a alma e você irá participar da minha banca... Me faltam palavras para agradecer, mas a emoção transborda em mim.

Por último, agradeço ao meu filho que com apenas 4 anos, superou minhas ausências tão necessárias para a construção deste trabalho, me permitindo assim realizar este sonho que lhe custara a falta do meu colo e das brincadeiras que muitas vezes precisei negar para me dedicar a este passo tão significativo na minha trajetória.

Obrigada, meu filho...Mamãe te ama muito! **Gratidão!**

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo contribuir nas discussões acerca do papel da Educação Ambiental crítica no espaço escolar sendo um significativo instrumentalizador emancipatório para que alunos, educadores e toda a comunidade escolar atuem como um sujeito social que compreenda e desenvolva o seu perfil social pautado numa filosofia contra hegemônica ao analisar o contexto socioambiental vivido a partir do conhecimento acerca dos conceitos Racismo Ambiental, Territorialidade e suas proposições. Partindo de pressupostos teóricos metodológicos e da análise dos processos pedagógicos presentes no sistema educacional vigente, mostrar que não basta implantar novas diretrizes que prepare educação brasileira para o meio ambiente, mas sim que haja uma adequação significativa das propostas pedagógicas curriculares, didáticas e metodológicas para que tais conceitos sejam implementados e numa perspectiva crítica e decolonial. Considerando estes aspectos de extrema relevância social e acadêmica, buscou-se através da análise dos discursos de alunos e professores de duas escolas da rede pública de ensino localizadas em regiões periféricas da Cidade de Salvador-Ba, onde as políticas públicas não alcançam de maneira efetiva, compreender de que maneira a Educação Ambiental vem sendo implementada nas escolas pesquisadas e se os alunos já tiveram alguma aproximação com dois temas de grande relevância para a compreensão das maiores crises socioambientais do Brasil, são eles Racismo Ambiental e Territorialidade. Será reforçado que promoção de uma Educação Ambiental que tenha a criticidade como requisito principal do processo ensino aprendizagem torna significativo o conhecimento acerca das questões ambientais desmistificando a associação dos problemas socioambientais com questões culturais de povos tradicionais, periféricos, negros ou pobres mas sim, correlacionando as graves crises ambientais ao modelo de desenvolvimento pautado na acumulação de capital.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Territorialidade; Educação Ambiental Crítica

ABSTRACT

This research aims to contribute to discussions about the role of critical Environmental Education in the school space, being an emancipatory instrumentalizer for students, educators and the entire school community to act as a social subject who understands and develops their social profile based on a philosophy against hegemonic when analyzing the socio-environmental context lived from the knowledge about the concepts of Environmental Racism, Territoriality and their propositions. Based on theoretical methodological assumptions and the analysis of pedagogical processes present in the current educational system, show that it is not enough to implement new guidelines that prepare Brazilian education for the environment, but that there is a significant adaptation of curricular, didactic and methodological pedagogical proposals so that such concepts are implemented and in a critical and decolonial perspective. Considering these aspects of extreme social and academic relevance, we sought to analyze the speeches of students and teachers from two public schools located in peripheral regions of the city of Salvador-Ba, where public policies do not effectively reach to understand how Environmental Education has been implemented in the schools surveyed and if the students have already had some approach to two themes of great relevance for the understanding of the greatest socio-environmental crises in Brazil, namely, Environmental Racism and Territoriality. In the research, it was analyzed if within the practices, discussions and researches of the school related to Environmental Education, such themes were approached and, if so, if they were worked under a critical perspective. The possibilities of promoting an Environmental Education that have criticality as the main requirement of the teaching-learning process will also be discussed, making knowledge about environmental issues significant, demystifying the association of socio-environmental problems with cultural issues of traditional, peripheral, black or poor peoples, correlating the serious environmental crises to the westernized development model.

Keywords: Environmental racism; Territoriality; Critical Environmental Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EA- Educação Ambiental

MEC- Ministério da Educação

BDTD- Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES- Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior

COVID- Coronavírus

EUA- Estados Unidos da América

PNUMA- Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente

PCN's- Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

EJA- Educação para Jovens e Adultos

Art.- Artigo

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 1: Resumo das vertentes da Educação Ambiental.

Quadro 2: Descrição das atividades - Oficinas.

Quadro 3: Planejamento da atividade da Oficina 2

Quadro 4: Palavras conceitos apresentadas para a dinâmica da oficina 3 (Re)Conhecendo palavras e compreendendo os conceitos.

Figura 1: Esquema baseado nas pedagogias críticas voltadas para a abordagem das temáticas Racismo ambiental e Territorialidade numa perspectiva contra hegemônica nas escolas.

Figura 2: Encontro com representantes das turmas escola B em Junho/2021

Figura 3: Alunos representantes das turmas escola B.

Figura 4: Cantor e quilombola Lazzo Matumbi no Senado Federal.

Figura 5: Quadro para preenchimento com as palavras com participação dos alunos

Figura 6: Aluna de uma das turmas pesquisadas participando da dinâmica colocando uma das palavras trabalhadas no quadro montado para o desenvolvimento da atividade.

Figura 7: Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Figura 8: Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Figura 9: Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Figura 10: Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Figura 11: Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Gráfico 1- Percentual das respostas à pergunta: A região de Salvador em que você mora é considerada como área nobre ou área periférica?

Gráfico 2- Percentual das respostas à pergunta: Já ouviu o termo Racismo Ambiental?

Gráfico 3- Percentual das respostas à pergunta: Você compreende o conceito de Racismo Ambiental?

Gráfico 4- Percentual das respostas à pergunta: Você se considera vítima de Racismo Ambiental?

Gráfico 5- Percentual das respostas à pergunta: O que motivou a escolha da sua resposta na questão acima (questão 4)?

Gráfico 6- Percentual das respostas à pergunta: Já ouviu falar no termo Territorialidade

Gráfico 7- Percentual das respostas à pergunta: Você compreende o conceito de territorialidade?

Gráfico 8- Percentual das respostas à pergunta: Na escola que você estuda, existem projetos relacionados à Educação Ambiental?

Gráfico 09- Percentual das respostas à pergunta: Você já trabalhou o tema Racismo Ambiental e Territorialidade em alguma atividade relacionada a Educação Ambiental?

Gráfico 10- Percentual das respostas à pergunta: No contexto pandêmico causado pela COVID-19, você saberia relacionar consequências negativas que você e familiares estão sofrendo ao Racismo ambiental?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
a) Motivação da pesquisa	14
b) Objetivos da pesquisa.....	16
c) Caminhos teóricos metodológicos	17
d) Justificativa	20
CAPITULO 1: RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS	25
1.1 A construção histórica da raça e o Mito da democracia racial:.....	25
1.2 Justiça ambiental brasileira e suas particularidades.....	33
1.3 Entendendo sobre Territorialidade e sua relação no debate sobre Racismo Ambiental:.....	36
1.4 O Estado e o Racismo ambiental no Brasil.....	40
CAPITULO 2: O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA ABORDAGEM CRÍTICA.....	46
2.1 Vertentes da educação ambiental brasileira.....	48
2.2 Fundamentos da educação ambiental crítica	51
2.3 Educação ambiental crítica no contexto escolar	53
CAPITULO 3 - RACISMO AMBIENTAL, TERRITORIALIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CONCEPÇÕES TEÓRICO- PRÁTICOS PARA UM TRABALHO DOCENTE ENGAJADO EMANCIPATÓRIO.....	58
3.1 Por uma educação em combate a criminalização da pobreza.	61
3.2 Abordagem das temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade na EA sob a perspectiva crítica	64
3.3 Perfil da escola e grupo focal	67
3.4 Concepções dos alunos sobre Racismo ambiental e Territorialidade: Aplicação do questionário e os desafios enfrentados	69
3.4.1- Análise dos questionários.....	71
3.4.2- A oficina e seus resultados.....	82
3.4.3- Oficinas na prática.....	86
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
5- REFERÊNCIAS	107
6- APÊNDICES.....	114

INTRODUÇÃO

*E não se diga que, sou professor de Biologia
Não posso me alongar em considerações outras,
Que devo apenas ensinar biologia, como se o fenômeno vital
Pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social,
Cultural e política.
Como se a vida, a pura vida, pudesse ser vivida de maneira
Igua em todas as suas dimensões na favela,
No cortiço ou
Numa zona feliz dos “jardins” de São Paulo.
Se sou professor de biologia, obviamente, devo ensinar biologia,
Mas ao fazê-lo, não posso seccioná-lo daquela trama.*

(PAULO FREIRE, 1994, p.79)

A epígrafe que inicia o presente escrito mostra a escolha teórica com comprometimento social a favor de uma educação ambiental humanizadora promovendo uma educação como prática da liberdade (HOOKS,2019). O escopo do presente trabalho tem como objetivo analisar se as temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade são discutidas em escolas da rede pública de ensino, enquanto abordagem interdisciplinar Educação Ambiental com caráter crítico, como instrumento de poder e luta social para a comunidade negra e periférica que constitui a maior parte da população que fazem parte do contexto escolar público do Estado mais negro do Brasil. Foram abordadas algumas inquietações das discussões de tais temáticas dentro do ambiente escolar e possibilitou reconhecer o nível de esclarecimento acerca da temática por parte dos alunos do ensino médio das escolas pesquisadas.

Mediante a pesquisa, foi possível traçar contribuições com práticas pedagógicas tendo como base a articulação entre a Educação ambiental com conceitos relacionados a Racismo Ambiental e Territorialidade numa perspectiva crítica que foram aplicadas na oficina proposta pelo presente trabalho junto aos alunos das escolas em questão. Essa pesquisa apresenta também uma análise sobre se a realidade vivida por alunos que estudam na rede pública de ensino estão relacionados aos conteúdos que são trabalhados na escolas pesquisadas à Educação ambiental crítica, mais especificamente para o desenvolvimento da

proposta do presente escrito, no que tange aos temas Racismo Ambiental e Territorialidade. Para fundamentar a pesquisa foi necessário observar o contexto da Educação ambiental de maneira mais abrangente partindo das diretrizes das políticas públicas de Educação Ambiental nas escolas desenvolvidas pelo Ministério da Educação juntamente com a Coordenação geral de Educação Ambiental aproximando para a realidade mais particular da práxis em sala de aula. No entanto, foi possível perceber que as práticas utilizadas nas escolas pesquisadas no que se refere a Educação ambiental não condiz com as concepções que são descritas nas políticas de Educação Ambiental quando não possibilitam o pensar social de maneira a associar situações cotidianas de violações de direitos quanto a território, territorialidade e Racismo ambiental, sendo preocupante pois a mesma base norteadora para conteúdos e planejamento curricular utilizada nestas escolas escolhidas para a pesquisa são trabalhadas a partir da mesma matriz referencial nas demais escolas estaduais do centro urbano da Cidade de Salvador-Bahia.

Para desenvolver tais discussões, houve a opção por autores que atuam no campo da educação ambiental crítica, como Carlos Frederico Loureiro (2003, 2004, 2006, 2013, 2014), Philippe Layrargues (1999, 2002, 2012, 2015), Mauro Guimarães (2006), Gustavo da Costa Lima (2005, 2009), Rodrigo Lamosa (2010, 2014), dentre outros.

O texto está organizado em três capítulos, para que o leitor compreenda a reflexão diante acerca dos dados coletados embasados nas concepções trazidas dos referenciais teóricos utilizados. No primeiro capítulo, será transcorrido brevemente sobre a história do Racismo no contexto brasileiro, com maior aprofundamento nas questões acerca da injustiça ambiental e mais especificamente do Racismo ambiental no contexto brasileiro e suas peculiaridades.

No segundo capítulo serão discutidos os processos epistemológicos da educação ambiental (EA), suas vertentes e respectivos paradigmas, destacando como a EA Crítica contribui de maneira avassaladora no processo de transformação socioambiental, revelando caminhos metodológicos que possibilitam uma educação emancipatória. Buscou-se identificar

posicionamentos referenciais sobre a questão ambiental nas escolas nos documentos norteadores desenvolvidos pelo MEC que servem como matrizes referenciais dos professores das escolas estaduais para a elaboração dos eixos de atuação dos projetos e articulações curriculares para entender se estes são suficientes como base adequada para a elaboração dos projetos escolares de educação ambiental (EA) na perspectiva crítica e contra hegemônica das escolas estaduais de Salvador-Ba.

No terceiro capítulo, buscou-se apresentar as implicações e repercussões da práxis de uma EA crítica pautada no trabalho engajado e emancipatório mais especificamente a partir dos assuntos Racismo ambiental e territorialidade em duas escolas localizadas em dois grandes bairros periféricos de Salvador-Ba, que foram escolhidas com base nas regiões em que a população local se encontra em constantes situações de injustiças ambientais, compreendendo se existe possíveis articulações e diálogos dos projetos das escolas pesquisadas com o contexto vivido, visto que o principal objetivo estabelecido pela maioria das escolas do Brasil para se trabalhar a EA está relacionada a ideia de “conscientizar alunos e comunidade para a plena cidadania e sensibilizar para o convívio com a natureza”(MEC, 2007,P.47).

Discrimina também a particularidade da pesquisa com base na aplicação e análise dos questionários preenchidos pelo grupo focal, por formulário digital, devido ao contexto pandêmico. No entanto, apesar dos desafios para o levantamento de dados referente a pesquisa, foram coletados dados significativos para uma rica discussão acerca da proposta, permitindo o exercício do que é peculiar humano que é a coragem de ousar e a força de romper as dificuldades de praticar a liberdade de expressão que nos é imposta cotidianamente. Ainda neste capítulo, consta a descrição das atividades trabalhadas na oficina proposta e os resultados obtidos em cada prática.

Nas considerações finais, existem respostas que buscam contribuir com aqueles que levantam questões acerca do papel transformador da Educação Ambiental crítica e como temas relacionados ao Racismo Ambiental e territorialidade tem o potencial de emancipar as camadas populares a partir do acesso aos conhecimentos fundamentais para uma conduta social mais

consciente e atuante perante as políticas públicas e suas leis ludibriantes e discriminatórias.

A presente pesquisa tem caráter relevante quando possibilita a reflexão mais aprofundada sobre a execução mais efetiva das políticas públicas já existentes de EA no âmbito do Ministério da Educação, porém que se faça presente dentro da sala de aula a partir das práticas educativas ambientais escolares. Espera-se que a partir deste trabalho, desperte-se a curiosidade dos leitores sobre como contribuir para desempenhar um papel transformador e engajado nas práticas docentes.

a) Motivação da pesquisa

Enquanto estudante universitária do curso de Licenciatura em Ciências biológicas, tive a percepção de que a maioria das relações da sociedade com o meio ambiente se deu de forma a comprometer negativamente a natureza pelo uso desenfreado dos recursos naturais. Partindo dessa análise, busquei melhores práticas para que, enquanto docente, pudesse contribuir de maneira significativa para uma melhor relação sociedade e natureza e ingressei numa especialização em Educação Ambiental, que me deu o insight necessário para definição dos elementos principais do objeto dessa pesquisa, já que a aproximação teórica com os autores e estudos sobre Educação ambiental crítica me possibilitou encontrar o elemento integrador e estruturante nas relações que envolvem identidade racial, questões ambientais e sociais. Porém, dessa especialização também pude analisar que a maioria dos meus colegas da turma não estavam com o mesmo foco que meu e no geral estavam cursando a especialização para obter um aumento salarial. Me preocupei por perceber o quanto o profissional docente vem apagando a sua luz, perdendo a sua força a ponto de não conseguirem mais enxergar o seu valor enquanto agente de mudança social. Neste contexto me fortaleci e decidi que jamais calaria frente às minhas inquietudes e não diminuiria a minha força docente tão importante na atuação enquanto ser social comprometida com o planeta, com o outro e comigo mesmo. Então, mediante a todas as experiências por mim vividas enquanto

professora e em constante interação entre saberes acadêmicos e populares por meio de projetos educacionais em escolas e outras instituições de ensino, decidi que após a especialização em Educação Ambiental, ingressaria num programa de mestrado que me possibilitasse contribuir no ramo científico quanto às pesquisas que reforcem o potencial dessa ferramenta que é a Educação Ambiental quando trabalhada numa perspectiva crítica e forte aliada para transformar pontos negativos em positivos quanto às questões socioambientais que estão cada vez mais crescentes na sociedade moderna.

Ao longo da minha trajetória como estudante de mestrado do programa, me vinculei a uma Associação sem fins lucrativos, de cunho Ambiental e social da qual tive a oportunidade de implementar projetos de EA relacionado a Territorialidade e Racismo Ambiental em comunidades tradicionais enquanto idealizadora e coordenadora dos mesmos. Dentre eles estão a comunidade quilombola Remanescentes do quilombo são Francisco do Paraguaçu, localizada em Cachoeira-Ba, no Vale do Iguape e o Assentamento Rural João Amazonas, localizado em Uruçuca, Ilhéus-Ba.

Na comunidade quilombola, ainda que vítimas de grandes injustiças ambientais, um dos problemas mais graves se enquadra nas questões relacionados a territorialidade. A falta de valorização da cultura afro-brasileira, e projetos que fortaleçam a identidade quilombola está proporcionando significativa repulsa da nova geração em se reconhecer enquanto quilombolas. Com isso, o projeto possibilitou a construção de uma biblioteca com literaturas afro-brasileira e laboratório de informática que possibilitam o acesso a cursos e troca de experiências que valorizem a cultura em que eles estão inseridos e o levantamento de plantas que eles utilizam como ervas medicinais para serem reconhecidas e trabalhadas com as crianças e jovens da comunidade resgatando assim a tradição da cura através das rezas, chás e xaropes dentro do próprio quilombo.

Na comunidade do Assentamento Rural, existem inúmeras situações de Racismo ambiental, dentre elas a falta das redes de água e de esgoto. Se destaca também a falta de transporte para acessar a via principal e a escola chegando a 6 km de caminhada. Mediante a realidade vivida pelas 75 famílias

do assentamento, será construída uma escola projetada com base na técnica da bioconstrução, mais precisamente do Adobe, com rede de captação da água da chuva e placas solares para obtenção de energia elétrica. Nessa escola serão trabalhados e implementados projetos de maneira contínua referente a tecnologias sociais, permacultura, dentre outras modalidades alternativas que valoriza significativamente os saberes locais, resgata conhecimentos tradicionais, proporciona a capacitação da comunidade local e ainda se relaciona de maneira adequada e benéfica com o meio ambiente.

Ressalto que obtive sendo Educadora Ambiental à 11 anos numa escola de pequeno porte que pertence a minha família da rede privada de ensino numa comunidade periférica de Salvador-Ba onde existem violações de direito e Racismo ambiental em todo o contexto vivido e atualmente com os projetos que idealizei e sigo na implementação, o meu objeto de pesquisa do mestrado permitiu um aprofundamento teórico importante para traçar tais projetos e as vivencias me enriqueceram enquanto pesquisadora atuante dentro de todo o processo de escrita da minha dissertação de mestrado.

b) Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa consiste em contribuir com o ramo científico identificando práticas pedagógicas que possibilitam a articulação entre a Educação Ambiental Crítica e os temas Racismo Ambiental e Territorialidade numa perspectiva contra hegemônica nas escolas, compreendendo o movimento entre Justiça Ambiental no contexto da Educação Ambiental crítica verificando se existe articulações com os projetos aplicados dessa vertente educacional relacionando os conflitos ambientais com as populações vulneráveis socioeconomicamente inclusive relacionado as aproximações e distanciamentos dos projetos em relação a justiça ambiental presentes na localidade onde as escolas estudadas se localizam. Portanto, buscou-se especificamente atender as demandas a seguir:

-Identificar os desafios e inquietações da temática “Racismo Ambiental e Territorialidade dentro do ambiente escolar quando trabalhada na perspectiva contra hegemônica.

-Evidenciar filiações teóricas metodológicas que articulem a Educação Ambiental crítica com os assuntos relacionados a Racismo Ambiental e Territorialidade sob o viés emancipatório e contra hegemônico.

c) Caminhos teóricos metodológicos

A ideia de pesquisa proposta neste projeto pertence ao delineamento metodológico da pesquisa participante, que é um tipo de pesquisa qualitativa em que o pesquisador interage com os outros sujeitos da pesquisa, o que rompe com a perspectiva tradicional de pesquisa em que o pesquisador se mantém neutro, apenas observando o que acontece ao seu redor. As conclusões obtidas deverão estar situadas num mesmo tempo e espaço, particulares ao contexto estudado. O grande objetivo da pesquisa qualitativa é compreender os participantes com base nos seus pontos de vista. Este tipo de pesquisa tem sido muito utilizada nas ciências humanas e sociais, por ser feita de maneira indutiva, possuindo características herdadas de diversas correntes como o positivismo, fenomenologia, hermenêutica, marxismo, teoria crítica e construtivismo.

Partindo para a abordagem Construtivista, a escolhida para o presente trabalho, é evidente a distinção dentro de uma análise comparativa com a vertente acima apresentada. Como método de pesquisa, esta abordagem possibilita a geração de conhecimentos entendendo que existe uma estreita inter-relação entre todos os elementos que compõe o mundo, do qual cada pessoa participa, através de sua interação com o ambiente, na contínua construção/(re)construção do conhecimento. Desta forma, buscou-se um paradigma investigativo que permitisse construir estratégias para solucionar as

questões apresentadas nessa interação. Esse caminho metodológico possibilita conhecer a realidade, a partir das questões problemas nela identificadas, traçar estratégias resolutivas no coletivo e assim construir o conhecimento com os sujeitos inseridos na proposta.

O delineamento metodológico da pesquisa foi participante, que é um tipo de pesquisa qualitativa em que o pesquisador interage com os outros sujeitos da pesquisa, o que rompe com a perspectiva tradicional de pesquisa em que o pesquisador se mantém neutro, apenas observando o que acontece ao seu redor, possibilitando o estudo e a compreensão dos pontos de vistas de cada participante, sendo amplamente utilizada em ciências humanas e sociais a partir do seu caráter indutivo. A fonte de coleta é o ambiente natural a ser pesquisado, o instrumento de coleta é o próprio pesquisador, os dados são descritivos e a preocupação está nos processos e não nos resultados (ULIANA, 2015).

A pesquisa foi estruturada, inicialmente, a partir de uma revisão da literatura em bibliotecas eletrônicas online como Google acadêmico, a biblioteca digital de teses e dissertações (BDTD) e banco de teses da CAPES, para levantamento de artigos de revistas científicas, livros, dissertações e teses relacionadas ao tema “Educação ambiental”, “Racismo ambiental” e Territorialidade. Em seguida, houve uma análise através da elaboração de um panorama histórico de como tais temáticas se entrelaçam dentro da sala de aula e na comunidade ao longo dos anos, a partir de uma apuração dos projetos pedagógicos. Foram escolhidas turmas, de duas escolas Regulares do Ensino Médio, formando o grupo de sujeitos participantes, a fim de entender se é e como é proposto o trabalho com as temáticas “Educação ambiental, Territorialidade e Racismo Ambiental” ao longo do processo de formação teórica e prática dos alunos. No contexto atual de isolamento social devido à pandemia ocasionada pela propagação do vírus COVID- 19, foi necessário a reformulação do planejamento para a coleta de dados e contato com os estudantes. Foi aplicado um questionário com perguntas objetivas, através de um formulário digital afim de analisar o grau de conhecimento acerca das temáticas Racismo ambiental e Territorialidade e como ocorrem as aulas de Educação ambiental nas turmas investigadas. Segundo Lôbo, (2013), aplicar um questionário tem vantagens

como alcançar um maior número de pessoas, garantir o seu anonimato, uma resolução que pode ocorrer em qualquer lugar, com ou sem a presença do pesquisador com respostas mais precisas sem distorções por garantia do anonimato no procedimento. Uma pesquisa pode trazer muitos riscos ou benefícios. O risco é a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano em qualquer fase da pesquisa. A estimativa dos riscos envolvidos em uma experimentação com seres humanos e a assistência proposta no caso de sua ocorrência é fundamental na determinação de sua validade ética. Dentro da proposta do presente trabalho, o questionário aplicado foi devidamente submetido à apreciação pelo Comitê de Ética sendo devidamente analisado e autorizado com a uma parte da amostra definida para avaliar a clareza e o entendimento das perguntas. Não houve divulgação do nome dos alunos que preencheram o questionário virtual, sendo este elaborado com questões objetivas para que não haver possibilidade de violação emocional ou física do entrevistado por se tratar de adolescentes e que muitos deles ainda não atingiram a maioridade.

Para a apresentação dos resultados se deu quantitativamente e qualitativamente, pois, para SANTOS (2009), não existe uma abordagem que trabalhe exclusivamente com técnicas estatísticas ou com depoimentos. Ambos os tipos de dados não são excludentes, mas se complementam. As respostas dadas ao questionário são demonstradas em forma de gráfico estatisticamente. Já a Oficina, produto final da proposta, foram descritas e apresentadas às dinâmicas realizadas, seus objetivos e algumas narrativas de alunos diante das experiências vividas durante às atividades propostas .

A oficina com o tema “Racismo Ambiental: A luta pela terra e pelo direito à Cidadania”, teve como objetivo produzir o conhecimento significativo, crítico e socialmente relevante onde possibilitou perceber a reação dos alunos a partir das questões e provocações levantadas nas perguntas do questionário, sendo também outro instrumento de muita importância, uma vez que coloca o observador e o observado do mesmo lado, tornando o primeiro um membro do grupo estudado, vivenciando todo o projeto de mudança dentro do mesmo sistema de referência dessas pessoas. Segundo Richardson (1999), “a

observação, quando adequadamente conduzida, pode revelar inesperados e surpreendentes resultados que, possivelmente, não seriam examinados em estudos que utilizassem técnicas diretivas”.

De posse dos dados colhidos através dos questionários e os resultados obtidos a partir das oficinas, foi possível evidenciar o grau de conhecimento acerca das temáticas e a deficiência em trabalhar a Educação Ambiental no contexto escolar ainda na atualidade com diversos estudos e políticas ambientais na educação que reforçam a importância de trabalhar a EA na escola e ainda numa perspectiva crítica, mais um dos desafios enfrentados dentro destas abordagens. Foram discutidas a partir de autores que se debruçam nestas temáticas os desafios e inquietações da pesquisa em questão trazendo sugestões para levar o leitor a refletir acerca das possibilidades de transformação a partir de uma práxis de EA mais problematizadora, ativa e contextualizada. A apropriação do conhecimento e acesso à informação baseada na emancipação e criticidade dentro do espaço escolar é a garantia de uma sociedade mais integrada e com a força necessária para romper com paradigmas que historicamente marcaram a vida dos negros, pobres e periféricos.

d) Justificativa

As violações de direitos associados a cor da pele, práticas religiosas e culturais são assuntos polêmicos e dificilmente abordado dentro do ambiente escolar. Este, enquanto espaço formal de educação, segue normas reprodutivistas de um modelo desenvolvimentista, aparelho do estado burguês, como um mecanismo de neutralização da crítica com um projeto educativo alienável. Uma educação ambiental crítica procura esclarecer o que se produz num território tanto nos aspectos físicos, quanto sociais e econômicos através de processos pedagógicos e tais práticas educativas são levadas ao cotidiano na cidade, na comunidade e em pequenos grupos dos quais os alunos estejam inseridos. A normalização de atos racistas, discriminatórios e políticas de extermínio dos ecossistemas e populações, precisam ter demasiada atenção em

locais cujo finalidade é possibilitar discussões pertinentes ao ser social e como este processo está se dando atualmente na sociedade moderna.

Discutir conceitos criticamente acerca de leis existentes na constituição Federal e não são cumpridas, é dever da escola. Quando tratamos das temáticas Racismo ambiental e territorialidade, discutimos dentre outras coisas, acerca do Bem comum, descrito como direito de todos sem distinção, de maneira justa e coletiva.

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum de povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade e o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federal Brasileira, 1988, Art. 225)

A sociedade brasileira vive momentos de graves problemas socioambientais, com injusta distribuição de renda, onde em decorrência aumentou o índice de violência no campo e na cidade, alto consumo de drogas, baixa qualidade de vida e um sistema educacional precário que pouco exercita as crianças, adolescentes e jovens a atuar numa cidadania crítica/consciente. Diante a tais questões, é imprescindível repensar o papel do educador e os processos curriculares, didáticos e metodológicos que envolvem a sua práxis, quais as lacunas existentes e as possibilidades de vislumbrar um processo educacional que tenha como pauta principal a valorização da pessoa humana, valorização da sua identidade, seus saberes e aptidões, capacidade de fazer e ser partindo da tomada de consciência sobre sua existência e o seu papel social no mundo. A escola precisa transcender informações e conceitos para trabalhar a formação de valores e habilidades partindo de uma realidade social nativa, partindo da premissa de que para criar saberes que emergem do território são necessárias discussões daqueles que estão na luta, afinal, segundo Freire (2005) a superação dessa realidade é a inserção do oprimido na realidade opressora. No entanto, o que presenciamos é uma intensa reformulação curricular, com aligeiramento do ensino destinado a camada popular

transformando o processo de aprendizagem, segundo o autor Saviani (2018) numa grande farsa. Ainda segundo o autor:

Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se uma grande farsa. Parece-me pois fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade dos conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (Saviani, 2018, p.45)

Escolas e universidades precisam desafiar os processos pedagógicos mediante a conflitos trazidos ao contexto educacional para que somente assim fazer do processo educativo, emancipador (FREIRE,2014). A Educação ambiental crítica vem para mediar com potencialidade questões ambientais e sociais, combatendo a criminalização da pobreza que associa a destruição do planeta aos pobres, proporcionando o reducionismo das questões históricas e políticas que desencadearam e intensificam ainda mais os problemas de desigualdade social. Por este motivo, assuntos como Racismo Ambiental e Territorialidade devem ser abordados nas escolas nessa perspectiva pois, não é possível conceber as crises ambientais dissociadas dos conflitos sociais. São temas que possibilitam trabalhar diversos conceitos com intencionalidade e determinação para a transformação do sujeito social e sua responsabilidade para consigo e com o outro pautada não apenas no espontaneísmo exagerado mas em assuntos que justificam o atual contexto vivido dentro das suas causas e

consequências, despertando assim a sua criticidade e criatividade para lidar com os desafios estabelecidos pelo sistema capitalista excludente e dominador da qual se encontram inseridos e de maneira inconsciente nutrindo tornando mais fortalecido o seu algoz.

Ao trilhar o caminho para a sistematização dos autores que versam sobre o papel da Educação ambiental Crítica e sua relação com abordagem de temas relevantes para a promoção do conhecimento que possibilite o pensar e o agir emancipatório, chegamos à conclusão de que todos os escolhidos para enriquecer este trabalho, apesar de terem aspectos políticos metodológicos diferenciados, partem da premissa de promover a transformação. Assim sendo, todos os autores se alinham quando tratam a Educação ambiental conservacionista como adestradora, empobrecidas e despolitizadas que alimentam o sistema capitalista a partir das armadilhas paragrâmicas das quais o Educador Ambiental sem um olhar crítico reproduz nas escolas e demais espaços de ensino aprendizagem. Várias teorias estão reforçando o papel significativo e abrangente da Educação Ambiental para a transformação socioambiental, como por exemplo a teoria da complexidade:

A educação Ambiental efetivará práticas sociais, possibilitando compreensão dos conflitos e problemas socioambientais sob o pressuposto de que o meio ambiente é resultado de inter-relações complexas entre sociedade, cultura e natureza, num contexto territorial. Tal abordagem, tem base na teoria da complexidade, e Morin confere-lhe uma característica nova: É necessário juntar, ligar o que esteve disjunto, como a cultura e a natureza, o ser humano e o Meio ambiente, a teoria e a prática – enfim, superar as dicotomias do paradigma hegemônico da ciência moderna.

(Carneiro, Tommasiello, Tristão;2014; p.83)

A educação ambiental ela deve ser planejada dentro do perfil específico de onde está sendo trabalhada, em defesa dos pontos relevantes para aquele contexto em que os sujeitos estão inseridos. Por essa razão, possui a sua dimensão política por existir a intencionalidade, não sendo dessa maneira, neutra (TOZONI-REIS,2007). Dentro do contexto escolar da rede pública

localizada em regiões periféricas onde facilmente se identifica situações relacionadas ao racismo ambiental proveniente do descaso do poder público com a população periférica e predominantemente negra, é dever do educador encarar este problema socioambiental e trabalhar de forma direcionada para despertar o senso crítico e a prática atuante do seu alunado. Morin (2000, p.10) faz uma advertência importante: “[...] o caráter funcional e profissional do ensino, levando o professor a tornar-se funcionário e especialista, respectivamente, tornam o ensino apenas uma função, uma especialização, uma profissão.” Nesse aspecto, é importante compreender que as metodologias e a ação curricular da escola precisam ser efetivas no professor, porém os saberes refletem da força empregada por meio da ação docente, se tornando urgente o aperfeiçoamento desses profissionais que foram formados enquanto cidadãos e profissionais por meio de metodologias e currículos racistas pois, segundo Munanga (2005) “[...] somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam a nossa sociedade.” Desafios estes precisarão ser superados pelos professores e que será discutido no capítulo a seguir.

Na sessão informal, alguns professores brancos, homens, tiveram a coragem de dizer claramente que aceitavam a necessidade de mudar, mas não tinham certeza de quais seriam as consequências da mudança. Isso nos lembrou que as pessoas têm dificuldade de mudar de paradigma e precisam de um contexto onde deem voz a seus medos, onde falem sobre o que estão fazendo, como estão fazendo e por quê.

(BELL HOOKS, 2017, p. 54)

CAPITULO 1: RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS

O presente capítulo apresenta os principais conceitos e pensamentos de autores que fundamentam teoricamente as abordagens e caminhos no estudo em questão. A escolha do processo de pesquisa está pautada na perspectiva crítica de descolonização e nos desafios enfrentados pelos indivíduos que sofrem as consequências do Racismo Ambiental cotidianamente. O Brasil é marcado pelo avanço das suas estruturas econômicas e sociais a partir da mão de obra escrava. Com isso, podemos traçar uma linha histórica desde a descoberta do país que escravizou não somente os negros trazidos do continente Africano, mas os indígenas que já habitavam as vastas florestas brasileiras. Partindo deste pressuposto, podemos ampliar a questão do racismo para os processos exploratórios relacionado não somente a raça, mas também a outras etnias e que se perpetua até a atualidade.

1.1 A construção histórica da raça e o Mito da democracia racial:

Quanto a raça, podemos afirmar que os Negro viveram a negação desde o período da escravatura entre os séculos XVI e XIX. Foi negada a sua inteligência e as suas capacidades com políticas preconceituosas e excludentes pautadas

desde as características fenotípicas, associadas ao que é desprovido de beleza e boa saúde até a sua capacidade intelectual julgada como desprovida de habilidades utilizáveis para predominar numa sociedade em processo de modernização e desenvolvimento. A Eugenia cujo a sua representação se dá através de uma logomarca com uma árvore saudável e frondosa que retira seus materiais de várias fontes e os organiza formando uma unidade harmoniosa e que assim se daria a evolução humana, reforçou significativamente o processo de discriminação e do racismo visto que, o seu foco era o estudo da herança biológica de característica física e mentais para comprovar que a capacidade intelectual era hereditária e esta, com ciência, justificava atos racistas e a ascensão da herança europeia. Projeto apresentado ao mundo pela Grã-Bretanha e colocado em prática pela primeira vez nos Estados Unidos, influenciou a América Latina na busca da classe dominante em se respaldar a partir da biogenética a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos e assim, apenas os brancos de descendência europeia povoariam o que se planejava para o Brasil, com uma “nação do futuro”. É importante destacar que a própria adesão a idéia da eugenia no Brasil esteve correlacionada ao símbolo da modernidade cultural e fortemente reforçada pela ciência no início do século XX. (STEPAN, 2004, p. 337)

As correntes anglo-saxônicas entendiam a miscigenação como degeneração e os eugenistas Latino americanos não tardaram a desenvolver argumentos que reforçaram argumentos a favor da miscigenação e projeto de branqueamento populacional como aprimoramento da raça. Gilberto Freyre, um dos mais importantes sociólogos do Brasil e eugenista que construiu obras marcantes na defesa de teorias que se davam contra as etnocêntricas, higienistas e eugênicas do século XIX e XX foi o grande responsável por trazer o Mito da democracia Racial defendendo que ao contrário da pureza racial, a miscigenação era positiva. Para Freyre, o Brasil integrou e miscigenou africanos, índios e brancos formando uma raça mais forte, mais intelectualmente capaz e com uma cultura mais elaborada.

“(...) os europeus e seus descendentes tiveram (...) de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ (...). A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.” (FREYRE, 2006, p.33).

Porém, a sua obra *Casa Grande Senzala*, que traz de maneira equivocada a relação entre senhores e escravos de forma pacífica e harmoniosa, que os índios aceitaram pacificamente serem dominados e colonizados. Junto a sua crítica antirracista, se desenvolveu um dos maiores problemas sociais que perdura fortemente nos dias atuais que é a negação da existência do Racismo no Brasil por trazer políticas afirmativas ditas inclusivas e oportunas para o destaque dos negros na sociedade Brasileira, trazem o Mito da democracia Racial onde se defende que no Brasil não existe racismo e sim muita “vitimização.”

“A escassez de capital-homem suprimiram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade, (...), em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (...). Quanto a miscibilidade, nenhum povo colonizador dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto os portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas (...). A miscibilidade mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.” (FREYRE, 2006, p.70).

As ideias e construções sobre a raça permeavam a discussão acerca do aprimoramento do homem brasileiro visando o desenvolvimento do país. O símbolo de uma miscigenação positiva, mas não devemos esquecer que esta

miscigenação era imaginada a partir do ideal de branqueamento, como nos aponta Thomas Skidmore. A partir da publicação do seu livro em 1976, “Preto no Branco”, uma análise revisionista passou a ser realizado por estudiosos que se debruçaram nos estudos acerca das relações raciais no Brasil e criticar a democracia racial. Skidmore reforça que a elite predominante branca da sociedade brasileira utilizou da democracia racial para forjar às formas de opressão social existentes.

Tento nas linhas anteriores trazer de forma sucinta episódios marcantes que reforçaram o processo de discriminação relacionada as questões raciais e étnicas e que são levantadas por pesquisadores, como o Sociólogo e antropólogo Kabenlege Munanga que como negro, estudante de escolas coloniais católicas na década de 50 e cientista que passou por desafios nas suas escritas iniciais por impedimentos causados por domínios políticos da ditadura da república de Zaire e que debruça na análise das questões sociais relacionadas a antropologia africana e afro-brasileiras sendo uma grande referência para tratar de tais questões. O autor reforça as peculiaridades do Racismo Brasileiro que de maneira muito sutil se naturalizou e todas as ações racistas são tratadas como comportamento cultural reforçadas por meios que atingem a grande massa social. A mídia, as políticas públicas, o sistema educacional são meios importantes na propagação de informações e conhecimentos acerca do que aflige uma sociedade e influencia muito significamente na vida das pessoas e nos seus comportamentos. No entanto, a invisibilidade e o descrédito de que são tratados aqueles que não fazem parte do padrão estabelecido pela classe dominante e colonialista por estes meios de difusão do conhecimento não estabelecem atitudes afetivas mediante ao que é diferente culturalmente , tão pouco orgulha os membros que fazem parte daquela categoria tão ironizada e desqualificada na sociedade atual, fazendo com que exista a perda da identidade e a vontade de fazer parte de um outro grupo para serem aceitos no meio social e no mercado de trabalho mesmo que de forma injusta e humilhante.

Ninguém se sentiria orgulhosamente membro de sua família, de sua comunidade religiosa, de sua linhagem, de sua etnia e de sua nação, se durante o processo de educação e socialização, não fossem enfatizado e inculcado os valores positivos dessas comunidades de pertencimento. Isso é a função positiva do etnocentrismo e dos preconceitos favoráveis a seu grupo, a “nós” em relação a “outros”. (MUNANGA, 2010, p.6)

Apesar de trazer uma reflexão positiva acerca do etnocentrismo, Munanga ressalta que todo tipo de preconceito traz um fechamento radical que traz como consequência a intolerância e os conflitos sociais. Segundo o autor, o diferente de “Nós” e a negação da igualdade frente ao que é diferente e não apenas relacionado a raça e etnia, mas também a gênero, religião, língua, cultura se torna uma ação concreta e observável em comportamentos que no Brasil, não são classificados como preconceituosos e discriminatório justamente pela naturalização deste tipo de conduta.

É comum na sociedade brasileira, o homem que antes de passar por uma seleção de emprego ter que cortar os seus cabelos e fazer a barba para assim estar “melhor apresentável”. Mas para o homem negro, periférico, o seu cabelo Black Power é símbolo histórico de luta e resistência, onde cortá-lo é uma afronta aos seus princípios. Porém, quando a família esperando em casa a comida de cada dia os homens negros se rendem e aparam o teu maior símbolo de força com enorme frustração, sentimento de batalha perdida e aceitação de princípios estabelecidos por um sistema do qual ele repudia. Isso é o racismo. Segundo Almeida, (p.24, 2019), “Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento(...)” e que apesar dos avanços estudos relacionados ao conceito do racismo institucional que teve significativas contribuições acerca da temática das relações sociais, o Racismo é Estrutural.

Em resumo: O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (Almeida, p. 38, 2018)

A cultura popular tem grande responsabilidade na propagação da naturalização de ações racistas, porém, esta postura individual advém de um processo social que trata o lugar de inferioridade dos negros, grupos étnicos variados e comunidades tradicionais rurais como algo que é tradicional e que cada um está no devido lugar em que deveria estar. Acredita-se numa classe social dominante que se encontra na ponta da pirâmide econômica, com toda a sua renda movendo a produção do sistema capitalista com suas empresas e grandes projetos lucrativos e os pobres afastados das zonas de progresso e desenvolvimento, servindo apenas como mão de obra barata.

A questão racial não se resume a questões biológicas e que basta ter representantes no poder, essa é uma visão equivocada pois existem líderes negros que agem contra a negritude. A existência da negação do racismo na estrutura de um país, ou seja, na economia, na política e na educação por exemplo, faz com que as análises sejam sempre superficiais e dificulta o processo de combate a este problema enraizado em nossa sociedade. Ainda sendo um problema estrutural, o racismo individual não deve ser menosprezado. Por vezes sendo corriqueiro e silenciado pelo mito de que no Brasil não existe mais o negro puro e nem o branco puro já que estamos todos “misturados”. Esse tipo de pensamento, muitas vezes verbalizadas por aqueles que tratam a discriminação racial e a luta pelos direitos por povos negros e étnicos como vitimização, é apenas mais uma estratégia advinda do Mito da democracia Racial brasileira e por essa razão o Munanga afirmou que o “Racismo brasileiro é o crime perfeito.” Segundo o autor:

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial. [...] (Munanga, 2016, p. 40)

Partindo da premissa de que o racismo se dá através de leis e direitos que o fazem existir, nas escolas não deve ser um tema tratado apenas como um problema moral, mas sim como um problema político. Os autores citados acima, estão em comum acordo quando destacam que o sistema educacional e os comportamentos racistas introduzidos por mecanismos educativos e toda a sua organização Curricular, metodológica e didática se dão historicamente e permanecem atualmente sistematizadas de maneira preconceituosa onde o ambiente escolar não está servindo como um espaço de conflito, mas sim como uma parte significativa do conflito, invertendo completamente o objetivo do seu papel dentro de uma sociedade.

Toda escola deve servir como espaço permanente de resolução de conflitos a partir do acesso a novas perspectivas de pensamentos nas inter-relações e no acesso a diversos campos do conhecimento, possibilitando novas reflexões e mudanças nas condutas cotidianas dos indivíduos dentro das suas relações. As formas de externalizar o racismo se dá inicialmente pela evitação ao outro, segregação espacial, injúrias e violências verbais que não tardam a se tornarem agressões físicas. Muitas piadas e brincadeiras inapropriadas já fazem parte do contexto social brasileiro e inclusive se tornou aceita pelas próprias pessoas discriminadas. Fanon (2008) traz uma reflexão acerca do psicológico da pessoa afetada pelo racismo onde existe uma interiorização da inferioridade construído a partir da falta de autonomia quanto suas expressões na sua relação com o outro e com o mundo em que vive. Ele descreve o quanto se torna difícil se aceitar como algo natural quando a todo momento os negros são apontados ou identificados como algo extraordinariamente diferente a partir das conclusões construídas mediante a sua epiderme.

Médicos, professores ou qualquer outro profissional negro carregam consigo a responsabilidade da sua ética e compromisso profissional, mas existe um fator adicional de não ter a possibilidade de errar. Um erro cometido por um negro ganhara um destaque maior, será generalizado o título de incompetência já estabelecido historicamente para toda a população negra e jamais será esquecido perante a sociedade. Com isso, o indivíduo negro perpassa por inúmeras questões psicológicas que geram conflitos internos quanto a sua

própria aceitação enquanto costumes e preferencias afinal, para fazer parte da civilização que lhes é imposta mantendo a sua versão original é preciso passar por inúmeros desafios e enfrentar um longo processo de incompreensão dos motivos que levam uma significativa massa de indivíduos em âmbito mundial a serem tão cruéis e preconceituosos.

Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando.

Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!

Deslizo pelos cantos, captando com minhas longas antenas os axiomas espalhados pela superfície das coisas, – a roupa de preto cheira a preto – os dentes do preto são brancos – os pés do preto são grandes – o largo peito do preto, – deslizo pelos cantos, permaneço em silencioso, aspiro ao anonimato, ao esquecimento. Vejam, aceito tudo, desde que passe despercebido!

(Fanon, 2008, p. 123)

Partindo de tais análises, encontramos inúmeras questões consequentes da forma em que se construiu o desenvolvimento da nossa sociedade na qual as relações são baseadas na meritocracia¹, como uma rigorosa seleção natural daqueles que estão destinados a deter o poder e dos outros que já nasceram merecedores do sofrimento e subalternização. O capital se tornou a verdade do mundo e ele só é capaz de se sustentar a partir da negação do outro e para isso o sistema segrega, destrói e mata para se permanecer na ativa.

¹Meritocracia: Se define como Predominância dos que possuem méritos; predomínio das pessoas que são mais competentes, eficientes, trabalhadoras ou superiores intelectualmente, numa empresa, grupo, sociedade, trabalho etc. A meritocracia é um conjunto de valores (no nível ideológico) que requisita que o indivíduo inserido na sociedade, obtenha a sua posição conforme o mérito das suas ações individuais, ou seja, o reconhecimento público da sua capacidade qualitativa de realização própria (Barbosa, 2003).

1.2 Justiça ambiental brasileira e suas particularidades

O Movimento de Justiça Ambiental teve início nos EUA na década de 80, quando o governo Norte Americano e a população negra de baixa renda passou a ter embates contra as condições inadequadas vividas pela população local devido ao descarte de lixos tóxicos e perigosos, onde se chegou à conclusão de que os acidentes ambientais distribuídos de maneira desigual tinha como parâmetro a raça e a renda. Segundo Acselrad e et.al.(2009), naquela época evidenciou-se que o fator raça era mais evidente que o fator baixa renda, quando correlacionado da distribuição de tais rejeitos perigosos, e o enfrentamento do Racismo ambiental foi ganhando força. Ele afirma que:

“O movimento de Justiça Ambiental consolidou-se assim, como uma rede multicultural e multirracial nacional e, em seguida internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas, intelectuais no enfrentamento do “Racismo ambiental” visto como uma forma de Racismo Institucional...” (Acselrad e et.al. 2009, p 23).

A Justiça Ambiental e seus entrelaces com as histórias culturais diversificadas no planeta será justificado a partir da articulação entre a força de trabalho escravo de povos tradicionais e o seu processo de exclusão social em torno da manutenção do sistema capitalista vigente. Tais questões reforçam a importância de tratar sobre estas temáticas de forma incansável e acessível a todos os envolvidos, principalmente dentro do ambiente escolar, numa busca latente de práticas hegemônicas do conhecimento para uma luta efetiva contra políticas pigmentocráticas e negacionistas.

Os movimentos ambientalistas ao final do século XX tiveram destaque pela preocupação demonstrada nos impactos sofridos pelo nosso planeta em consequência do consumo desenfreado e modo de vida da sociedade contemporânea. Mediante a tais questões, muitos projetos foram desenvolvidos e implementados acerca de maneiras sustentáveis para garantir a mesma filosofia de vida dos indivíduos porém, de uma forma mais consciente e

ecologicamente sustentável. Vale destacar que a bandeira defendida pelos ambientalistas nem sempre estavam compatíveis com as reais necessidades da natureza pois, o fato de consumir sob uma perspectiva sustentável e implementar novas tecnologias para redução do consumo energético, por exemplo, não influencia tão positivamente para a retomada do equilíbrio natural do planeta, afinal, a existência dos problemas ambientais não apenas consiste das questões concernentes ao meio ambiente, mas também nas relações existentes entre o meio e a sociedade. No Brasil, conjuntos de entidades envolvidos em debates sobre questões ambientais seguiram por um viés direcionado à proteção do meio ambiente sem associar com a pobreza, o racismo e a desigualdade social decorrente do modelo de desenvolvimento vigente.

O país é extremamente injusto em termos de distribuição de renda e acesso aos recursos naturais. Sua elite governante tem sido especialmente egoísta e insensível, defendendo de todas as formas os interesses e lucros imediatos, inclusive lançando mão da ilegalidade e da violência. O sentido de cidadania e de direitos, por outro lado, ainda encontra um espaço relativamente pequeno na nossa sociedade, apesar da luta de tantos movimentos e pessoas em favor de um país mais justo e decente. Tudo isso se reflete no campo ambiental. O desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades. (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, p. 11, 2004)

As injustiças sociais também foram crescentes a partir da implementação da globalização, e isso reforçou as piores consequências sociais gerados pelo poder moderno. Ela classifica e diferencia nitidamente as condições de existências e em todos os segmentos de muitas populações. Neste processo de globalizar foram e permanecem sendo afetadas pessoas, meio ambiente e toda a integração necessária para a saúde e harmonia nosso planeta Terra, que sofre em todo este processo “globaliza-dor” (Bauman, 2009, p.07). Ainda segundo autor, a globalização “Tanto divide quanto une; divide enquanto une”, e isso se dá pelos motivos idênticos, pois os mesmos recursos e projetos necessários para possibilitar essa rede de conexão, excluem ou desterritorializam, sendo um fator

de degradação social em potencial. Uma grande parte integrante dos processos de globalização é a crescente segregação espacial, onde sendo no território urbano é possível fazer essa leitura a partir das questões raciais, no estudo e levantamento acerca da desigualdade social, são cruciais os dados raciais. (SANTOS,2013).

O racismo sempre esteve presente nas questões organizacionais da sociedade brasileira com a distribuição desigual de direitos e tratar dele se torna muito difícil por estar presente no espaço do não dito, mas sim nas estruturas de poder, trazendo consigo a ideia de que “está tudo como deve permanecer”, reforçando o senso de contentamento dos indivíduos sociais envolvidos nas consequências dessa situação.

“Que de tão enraizado no Brasil foi muito mais que um sistema econômico; ela se transformou numa linguagem, com imensas consequências: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadoras de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.” (SCHWARCZ, 2001, p.52)

Os Processos sociais e políticos historicamente marginalizaram povos tradicionais, negros e periféricos partindo do conceito de Raça. Tal conceito não existe se vista pela ótica de um biólogo geneticista ou molecular, mas sim enquanto ideologia social com representação submissa na relação de poder e dominação que carrega consigo uma infinidade de consequências negativas para a população dita racializada. O Racismo Ambiental surgiu no campo da Justiça ambiental e está relacionada a todo tipo de injustiça ambiental que recai sobre a população étnica mais vulnerabilizada, o que já se tornou natural aos olhos da sociedade, nos cenários onde pessoas vivem em condições precárias de moradia, em meio ao lixo e esgotos a céu aberto. Outra questão que está imbricada nas discussões acerca do Racismo ambiental é como este processo afeta a população quanto a sua territorialidade.

1.3 Entendendo sobre Territorialidade e sua relação no debate sobre Racismo Ambiental:

O conceito de território ganhou um sentido mais amplo no que concerne ao controle físico de uma determinada área. Segundo Haesbaert (2007), o território compreende tanto a identificação como a apropriação. Dessa forma, a sua habitação corresponde a vivências significativas onde influenciam os processos de constituição e de formação de movimentos sociais (MEDEIROS,2009), dando o valor às questões de identidade das quais transformam o território. Neste sentido o tema da identidade se destaca com o conceito de territorialidade (CARA,1998).

Viegas (2014) ressalta que a identidade possibilita a subsistência, sobreposição ou até a libertação do sujeito em face a dominação por valorização do senso coletivo e que serve como uma defesa contra a sua extinção e contribua para que o papéis sociais ganhem força. Ainda sobre a importância de se atentar ao conceito de territorialidade, o Raffestin (1993) sustenta que este conceito deve ser compreendido como multidimensional e inerente à vida da sociedade (...). Os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158). Nas palavras de Milton Santos (2007) a territorialidade não provem do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele se mantém.

E, reiterando as definições acima, Saquet (2009) descreve as seguintes palavras:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Muitas comunidades são obrigadas a conviver com grandes alterações ambientais no contexto em que nasceram e cresceram, trazendo transtornos emocionais como a depressão e muitas vezes levando ao suicídio por não ter força de enfrentar profunda tristeza pela perda da sua história e da sua identidade local. Tais situações, são consequências da concepção econômica de desenvolvimento que promove a desigualdade social crescente ao longo dos anos, imposta por um sistema hegemônico baseado no eurocentrismo. Tais políticas precisam ser repensadas a começar pela ideia de desenvolvimento que elas tratam como uma necessidade intrínseca a sobrevivência da humanidade que não deve ser questionada. O sistema educacional e o espaço escolar legitima este modelo quando emprega conteúdos colonialistas e metodologias tecnicistas que fortalece tais ideologias. Segundo Bourdieu:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU,1998,p.53)

Mediante a essa perspectiva, analisamos o ensino como uma relação formalmente igualitária, que legitima desigualdades enquanto às reproduz de maneira a não promover o pensamento crítico e ação transformadora perante a situação problema.

Trazer a discussão acerca do Racismo Ambiental para o ambiente escolar, tem a pretensão de problematizar sobre as metodologias utilizadas para projetos normalmente aplicados nas escola de maneira a reproduzir ideologias eurocêntricas sem considerar as especificidades de cada sujeito social, dos seus sentimentos acerca do espaço vivido e sentido onde traz o unilinguismo, com palavras ocas sem significados, dentro de uma metodologia de ensino excludente e opressora.

A questão é saber: que tipo de educação o Brasil precisa desenvolver para sair da situação em que se encontra hoje? Uma educação que visa não somente o domínio das teorias e novas tecnologias, que, embora imprescindíveis, não seriam suficientes, mas também, sobretudo, uma educação cidadã orientada na busca da construção e da consolidação do exercício da cidadania, dos princípios de solidariedade e equidade. Tal educação convida para um olhar crítico sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo. Ora, a educação habitualmente dispensada aos nossos jovens, é enfocada geralmente numa visão eurocêntrica, que, além de ser monocultural, não respeita nossas diversidades de gêneros, sexos, religiões, classes sociais, “raças” e etnias, que contribuíram diferentemente para a construção do Brasil de hoje, que é um Brasil diverso em todos os sentidos. (Munanga, 2001, p. 42)

Os conflitos ambientais e as injustiças jogadas na realidade das populações ditas racializadas, são apresentadas por Herculano (2006) em 1983 aqui no Brasil trazendo o primeiro estudo acerca da distribuição espacial de lixos tóxicos nos territórios com população étnica e pobre dos Estados Unidos e contribuiu com a seguinte complementação:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (Herculano, 2006, p. 11).

Partindo destes pressupostos, podemos afirmar para aqueles que são contra ao conceito de Racismo Ambiental com o argumento que é mais uma estratégia de movimentos sensacionalistas, visto que o conceito se enquadra na definição de Injustiças ambientais, que existe sim um tipo de injustiça ambiental mais latente e evidente na vida dos indivíduos sociais vulnerabilizados. Encontramos o racismo ambiental no descaso com as políticas públicas direcionada a classe baixa da sociedade que são obrigadas a viver em condições

precárias quanto a falta de saneamento básico, no convívio diário com a falta de água potável em suas casas o que trouxe consequências ainda piores diante do contexto pandêmico em que estamos vivendo decorrente da Covid-19. Percebe-se a epiderme de quem convive com a precariedade do transporte público urbano, e para tratar destas questões o conceito Racismo Ambiental é o que define completamente as causas e consequências da relação opressor e oprimido. Nas escolas não são trabalhadas literaturas elaboradas por pessoas que vivem aquela realidade e consiga descrever baseada na sua experiência cotidiana os aprendizados que as práticas tradicionais podem oferecer de maneira interdisciplinar e conectadas com o tempo da natureza. Nas escolas não ensinam como votar de forma consciente e crítica e não abordam o racismo como um problema político e tão pouco de que estamos vivendo um tipo de governo genocida e que camufla os problemas vividos por aqueles que constituem a maior parte da população brasileira.

Para Tânia Pacheco, uma das pioneiras na luta contra o Racismo ambiental no Brasil, autora de vários artigos que retratam e esclarece acerca do desenvolvimento e práticas para combater este mal, ressalta a necessidade de reacender os ensinamentos marxistas para que seja possível a sua busca pelo humanismo defendido por Karl Marx (1818-1883). Segundo a autora:

Se queremos, de fato, acabar com o racismo e com o preconceitos nas suas variantes múltiplas, necessitamos ser bem mais ambiciosos. Precisamos lutar por um outro projeto de desenvolvimento, por um outro tipo de sociedade, igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos, cabendo à maioria apenas migalhas dessas “benesses”. Precisamos recuperar os ensinamentos de Marx e, contra tudo e todos que buscam enterrá-lo no vale das múmias, ressuscitá-lo no que era e é a essência da sua busca: seu humanismo. Para isso, é preciso que todas e todos nós, que assumimos um compromisso pela defesa da democracia e da justiça social e ambiental, olhemos mais longe e – sem deixar de lado nossas lutas específicas e as conquistas a elas inerentes – nos unamos na construção de um mundo melhor. (Pacheco, 2006)

A falta de esclarecimento acerca da temática Racismo ambiental que naturalizam e reforçam tais episódios e a educação precária do contexto brasileiro causam um efeito cíclico na manutenção da pobreza e na miséria

intelectual dos trabalhadores. A educação deveria ser uma poderosa arma emancipatória de combate a pobreza dentro de um processo de escolarização adequada e significativa das camadas populares, mas nos questionamos se o atual modelo educacional está trabalhando como um processo de superação ou manutenção do fracasso das nossas relações sociais.

1.4 O Estado e o Racismo ambiental no Brasil

É notória a omissão dos governantes e a falta de iniciativas que atendam as demandas emergenciais e medidas de proteção efetivas que atendam todas as carências das comunidades em situação de vulnerabilidade no Brasil. Este cenário da falta de democratização econômica no que compreende o direito à terra e a moradia digna, está relacionado com a concentração de riquezas por uma camada social e vai de encontro ao conceito de Direito a Cidade, cunhado por Henri Lefebvre, em 1968, que trata o espaço construído historicamente pelo homem a partir das estruturas políticas e econômicas da sociedade e envolve grandes contradições quando este espaço se torna uma mercadoria e se afasta do seu conceito enquanto mundo que é a casa de todos, sem distinção de classe, raça, etnia ou gênero . Um contexto social moderno mantido pelo hábito da produção do consumo produz uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (Lefebvre, 1980, p.47)

A partir da culpa lançada para os indivíduos não brancos acerca das suas mazelas e infortúnios, o Estado se afasta estrategicamente da responsabilidade social para a população pobre, majoritariamente formada por índios e negros os intitulou como contribuição cultural e histórica estes grupos étnicos perante a constituição brasileira mas que na realidade não usufruem nem mesmo do direito básico de todo e qualquer cidadão comum. O recurso econômico destinado a políticas públicas sociais combinam com a linha histórica que vem de um perfil hegemônico e conservadorismo político de uma herança colonial. A busca incessante da autonomia por parte dos povos tradicionais perante ao Estado se

dá pelo graves confrontos por interesses extremamente distinto e pela banalização dos direitos reconhecidos apenas na constituição brasileira destinados a esta categoria populacional.

Não acreditamos mais na possibilidade de solucionar problemas dos povos, combater a miséria, a desigualdade e as violências por meio das engrenagens do Estado burguês. Vimos as esquerdas se iludirem com o poder e, em seguida, aliarem-se com os poderosos, com os inimigos, como o latifúndio. Não tardou para o povo ser vítima da pretensa esquerda e seus grandes projetos de aliança com os ricos. Estamos falando de povos que perderam seus rios por hidroelétricas, por mineradoras, por empreendimentos do agronegócio que usaram toda a água para irrigar seus bolsos. Mas também estamos falando de povos que estão sofrendo genocídio por arma de fogo nas periferias. Então, tomar o estado pela via, pelas regras que os brancos burgueses criaram não nos interessa. (Ferreira; Felício, 2021, p. 29-30)

Na sociedade, a forma de pensar o Estado é diferente da forma de pensar os desiguais. O Estado é o centro. Predominam suas decisões e efetivações de todo e qualquer projeto que alcance os seus interesses independentemente de modificar completamente a vida das pessoas. A falta de conhecimento da população com a precariedade do ensino público, afim de atender as suas expectativas e reproduzir a desigualdade. Como pensar movimentações sociais sem as participações efetivas do povo para a construção de processos sociais mais justos e democráticos? Existe uma confusão acerca da igualdade pois os povos não estão lutando para serem iguais, muito pelo contrário, exigem e lutam pelo respeito a diversidade cultural, religiosa, de gênero de raça e etnia. O que se pede é a condição igualitária no acesso aos seus direitos e um deles é o conhecimento, fator determinante para a autonomia e possibilidades dentro do poder de decisão do povo. Uma sociedade estruturalmente desigual, conseqüentemente será uma sociedade economicamente e cognitivamente desigual. Muitas comunidades não exercem o seu poder de direito com representantes da sua base social por não acreditar na mudança e não se sentirem parte daquele contexto, se tornando um destinatário passivo de todas as tomadas de decisão do Estado, sendo extremamente conveniente para o sucesso da sua empreitada que pisoteia, sem remorso, toda uma cultura, identidade e ancestralidade de inúmeros territórios brasileiros.

A produção de subcidadãos, da cidadania condicionada, é inseparável em nossa formação histórica da produção e manutenção dos desiguais. Na medida em que as políticas e projetos educativos se distanciarem das intenções políticas de vincular educação, cidadania e igualdade social, econômica, e se pensarem como políticas, projetos de inclusão cidadã perderão as radicalidades de origem. (Arroyo, 2010, p. 1402)

As injustiças Sociais e o racismo ambiental discute acerca de questões que apresentam fatos relevantes que demonstram a culpa do Estado no alto índice de mortes dos negros favelados, por exemplo. A forma como é imposto um único padrão de pensar, agir, falar e aceitar o mundo sem respeitar as origens, as raízes e as suas profundas marcas civilizatórias. Tem culpa também no aumento significativo dos índices de suicídio em comunidades indígenas e nos homicídios encomendados destinados a qualquer ativista ou nativo que luta a favor dos seus ideais de maneira revolucionária por não se permitir viver num mundo no qual ele não se sente parte. Dentro do contexto pandêmico atual, causado em decorrência da propagação da COVID-19, ficou ainda mais nítida a percepção daqueles que realmente são importantes para a sociedade e quem não é.

O processo produtivo que movimenta o mundo teve que continuar, e a mão de obra escrava moderna não deixou de trabalhar, enquanto pouco importa a sua integridade física ou psicológica, como é desde os primórdios. Ônibus lotados, falta de água em bairros periféricos, despejos forçados para implementações de projetos estatais, episódios ocorridos durante a pandemia que ocasionou grande número de mortes no Brasil. A falta das aulas nas escolas públicas destacou ainda mais fortemente aqueles que conseguem fazer parte do sistema educacional privado. Existiu também mais um processo de recolonização com o domínio dos produtores da informatização, subdividindo ainda mais o que já estava dividido, pois o isolamento obrigatório levou os indivíduos a utilizarem ainda mais dos recursos tecnológicos para desenrolar as suas relações com as atividades diárias remotamente.

Como articula Boaventura (2020), ao utilizar o ‘Sul da quarentena’ como uma “metáfora a todo sofrimento causado pela exploração capitalista, discriminação racial e discriminação sexual”, demonstra que a pandemia

também fez os seus recortes na sociedade. Carneiro (2011), destaca ao trabalhar Raça e direitos Humanos no Brasil que “a base da contradição de população liberta, mas sem direitos”, se conserva “pela prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outro o que, conseqüentemente, leva a naturalização da desigualdade de direitos.” A invisibilidade de determinadas pessoas por categorização a partir de características fenotípicas ou qualquer outro tipo de estigma pela baixa condição financeira entra em contradição com o descrito no Artigo 6, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948 e, assinada pelo Brasil na mesma data, “toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a Lei”.

Para que uma sociedade seja considerada igualitária dentro da sua diversidade, esta precisa ser vista como algo normal e não como forma de desumanizar o indivíduo. O cotidiano pautado no racismo, o trata como de caráter inconsciente e situações vividas pelas comunidades na pandemia se tornam invisíveis perante o olhar da sociedade. Ainda, segundo Carneiro (2001):

(...) a utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre a negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e gênero. Esse é o sentido final dessa luta.

As políticas no campo da ecologia, de preservação ou conservação definidas pelo Estado praticam em grande escala várias situações de injustiças e Racismo ambiental. O Estado e suas falácias, alegando a proteção do ambiente e das comunidades, promove na verdade a negação destes povos quando, raramente, convida-os para a elaboração dos “planos de manejo”, por

exemplo. Planos, inclusive, absurdos e totalmente devastadores, pautados numa ciência analítica incompleta e com inúmeras falhas, sem levar em conta os saberes deste público, que é o verdadeiro aliado da natureza para qualquer plano de execução ao bem estar ambiental baseado no seu funcionamento harmônico integrado. Para os povos tradicionais, o meio ambiente e a diversidade tem significados e nomes muito próprios entre os nativos daquele território, e estão envolvidos numa complexa cosmologia do local em que vivem.

A remoção forçada de povos tradicionais confrontam direitos éticos e sociais, ainda que apresentando medidas compensatórias que são inadmissíveis, opressoras e trágicas, pois nada compensa a perda de uma história ancestral, se tratando, claramente, de um etnocídio que se define, para Clastres (1974), como fim anunciado dos aspectos culturais de um povo com características mais sutis e menos violentas no âmbito físico que o Genocídio. Segundo o autor:

Se o termo genocídio remete à ideia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que permaneceria a situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito (CLASTRES, 2010, p. 78-79)

O etnocídio tem total relação com o Racismo ambiental, partindo da premissa de que, para destruir uma cultura local, inicialmente precisa destruir os recursos fundamentais na manutenção e permanência destes povos em seus territórios. São destruídos seus rios de onde retiram a sua água para consumo, para higiene e para a renda e alimentação a partir da pesca e sua comercialização. Em seguida, contaminam os solos a partir de construções e desmatam em grande escala nas implementações de projetos governamentais o que afeta diretamente a agricultura de subsistência da região. Se inicia, então, o despejo de dejetos, não havendo gerenciamento dos resíduos produzidos, chegando ao nível máximo de destruição ambiental e emocional das comunidades tradicionais da região de interesse. Estas são estratégias para que

o povo se sinta cansado, doente e afetado fisicamente com doenças causadas pelos processos contaminantes da região, além dos danos psicológicos, devidos à percepção de que, aos poucos, estão perdendo mais uma batalha na luta pela sua terra, sua identidade e seus direitos.

Quanto ao Racismo Ambiental e a falta de preparo do corpo docente para lidar com os desafios impostos para tratar de tais assuntos em sala de aula, Munanga diz:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam o seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (Munanga, 2001, p.15)

A Educação Brasileira consegue executar este comando com excelência partindo da desvalorização salarial dos professores e falta de capacitação para este público de forma mais democrática a partir do que vivem, pensam e acreditam. Os cursos de licenciatura totalmente engessados com um academicismo colonial latente e cursos de aperfeiçoamento profissional estabelecido com base numa homogeneidade metodológica são articulações muito bem pensadas para não romper com relação dominador e dominado.

CAPITULO 2: O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA ABORDAGEM CRÍTICA.

O ser humano se encontra sobre a regência do tempo. Este não significa um puro correr, vazio de conteúdo. O tempo é histórico, feito pela saga do universo, da prática humana, especialmente pela luta dos oprimidos buscando sua vida e libertação. Ele se constrói passo a passo, por isso sempre concreto, concretíssimo. Mas, simultaneamente o tempo implica um horizonte utópico, promessa de uma plenitude futura para o ser humano, para os excluídos e para o cosmos. Somente buscando o impossível, consegue-se realizar o possível. Em razão dessa dinâmica, o ser humano possui algo de saturno, senhor do tempo e da utopia.

(Leonardo Boff, 1999.)

O sistema econômico tem destruído o meio ambiente e ameaçado o esgotamento dos seus recursos, validando o descaso e a falta de compromisso na relação sociedade e natureza. A percepção dos impactos ambientais apenas associados aos danos causados pelo ramo industrial, desarticula as relações sociais, a subjetividade humana e o meio ambiente. As discussões acerca das questões ambientais e acúmulo de capital vem tomando uma dimensão planetária entre as décadas de 60 e 70 com encontro entre países levantando temáticas como Sustentabilidade, ecoeficiência, desenvolvimento ambiental, dentre outros que traçam estratégias ambientais viáveis para manter o modelo desenvolvimentista imposto na sociedade moderna.

O PNUMA – Programa das nações Unidas para o Meio ambiente, entre 1979 e 1980 realizou seminários que resultaram no Relatório de Brundtland (1987) denominado “Nosso Futuro Comum”, que descreve um novo olhar do desenvolvimento como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades” de onde parte o modelo de desenvolvimento sustentável conciliando o crescimento econômico com as questões ambientais e sociais

onde surge em resposta ao *establishment* político e estilo de vida pautada no alto consumo (LOUREIRO,2006). Partindo de tal discurso que traça um novo perfil de sociabilidade harmoniosa entre sustentabilidade e as pessoas, o terceiro setor passa a ter iniciativas fornecendo apoio para promover projetos de Educação Ambiental, fortalecendo a formação continuada no contexto educacional e no fornecimento de materiais didáticos partindo das concepções que fortalecem os seus interesses em permanecer explorando os recursos naturais devastadoramente pautado no “capitalismo verde” com um projeto político dominante (Loureiro, 2012), embasado por práticas conservadoras da Educação Ambiental que sustentam o paradigma cartesiano do processo educacional construído em nome do “progresso”, onde mantiveram uma abordagem que relativiza a crescente segregação social com distribuição desigual de espaço, renda e dos recursos naturais. No entanto, acerca do conceito de progresso e todos os outros conceitos muito utilizados para trabalhar a Educação Ambiental, o autor adverte:

O conceito de progresso, para o ambientalismo um conceito maldito, não é algo inerente a todo e qualquer pensamento moderno e da mesma forma não é uno de significado. Essa associação direta é um tanto quanto indevida assim como é pensar a modernidade como algo homogêneo, sem conflito e disputas por hegemonia. Afirmar que o conjunto da modernidade pensava de modo linear e evolucionista é ignorar as disputas discursivas da época e contra o que se buscava o progresso (e cair em uma linearidade, tão abominada exatamente pelos que fazem tal afirmação). (Loureiro, 2012, p.60)

Questões epistemológicas e conceituais dos termos utilizados na Educação Ambiental se fazem presentes nos estudos da Educação ambiental crítica para evitar o “esquema discursivo corriqueiro, o de que basta trocar um paradigma cartesiano e antropocêntrico por um novo paradigma (o ecológico)” (Loureiro, 2012). Para se trabalhar enquanto pensador e educador crítico, se torna fundamental entender que os conceitos não podem ser compreendidos

fora do tempo em que estão sendo empregados, o contexto vivido, o sujeito e suas relações com o meio.

Conceitos não são criações mentais descoladas da materialidade social, logo, não podem ser entendidos fora de seus momentos históricos, da totalidade social em que se dão, como se fossem idéias independentes. Conceitos são esforços de compreensão e definição de algo existente e sua expressão pela linguagem. Um mesmo conceito pode se apresentar de formas diferenciadas em sociedades distintas ou numa mesma sociedade em momentos históricos diferentes. (Loureiro,2020 p.135)

Diante do aprofundamento acerca dos estudos quanto as vertentes da Educação ambiental, seu contexto social e momento histórico, a seguir serão discutidas as macrotendências da Educação ambiental brasileira que se diferenciam quanto aos objetivos e aspectos políticos pedagógicos no trabalho dessa relação sujeito e meio ambiente.

2.1 Vertentes da educação ambiental brasileira.

Diante das crises ambientais e discussões acerca dessa problemática no século XX, se tornou de fundamental importância adotar uma nova visão de mundo referente a forma de se relacionar com o meio ambiente para garantir a existência dos recursos naturais para as futuras gerações. Para tal, se buscou conceitos universais para que todos seguissem as mesmas condutas e visão de mundo, agora mais atenta às questões ambientais. No entanto, mediante às diferenças dos contextos vividos, tais condutas e reflexões sugeridas por uma Educação ambiental acrítica, pautada na sensibilização dos sujeitos com as problemáticas ambientais, muitas lacunas ainda existiam, perpetuando o processo de destruição do meio ambiente, o que levou a uma análise mais

profunda acerca das metodologias e concepções da Educação ambiental que inicialmente seguia a vertente conservacionista.

A interpretação e o discurso conservacionistas que conquistaram a hegemonia do campo da Educação Ambiental no Brasil em seu período inicial, foram vitoriosos, entre outras razões, porque se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida. (Lima,2011, p.149)

A vertente pragmática destaca uma preocupação em enfatizar o contexto produtivo e soluções práticas dentro de estratégias criadas que resolvam a problemática do lixo urbano-industrial nas cidades pelo alto consumo e processos industriais a todo vapor.

A vertente Crítica surge contrapondo as vertentes conservacionistas e pragmáticas que focam no trabalho de conscientização ambiental individual seguindo a lógica do “cada um fazendo a sua parte” para enfrentar as crises ambientais. A vertente crítica vem fortalecida na luta coletiva, nos sujeitos enquanto protagonista deste processo de construção da conscientização das questões socioambientais trazendo um trabalho pautado nas especificidades de cada contexto vivido e sentido.

Quadro 1: Resumo das vertentes da Educação Ambiental

<p>VERTENTE CONSERVACIONISTA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização ecológica, vinculando a relação ser-humano- natureza pela sensibilização e valorização da dimensão afetiva em relação a natureza. • Tendência a “pauta verde” como: Biodiversidade, Unidades de conservação, Ecoturismo e experiências agroecológicas. • Limitado potencial em somar às forças que lutam pela transformação social. • Não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais.
<p>VERTENTE PRAGMÁTICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Expressão do ambientalismo de resultados do pragmatismo contemporâneo e ecologismo de mercado decorrentes da hegemonia neoliberal, instituída no Brasil em 1990. • Preocupação com a alta produção dos resíduos sólidos. • Inspiração privatista em termos de consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva. • Ausência de reflexão que permita a reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais. • Busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável. • Se enquadra na perspectiva Atividade-fim. • Reduz possibilidade de enfrentamento político da crise.
<p>VERTENTE CRÍTICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aglutina correntes da EA popular, emancipatória e transformadora. • Ênfase na reflexão crítica dos fundamentos que proporcionam dominação do ser humano e mecanismos de dominação do capital. • Busca enfrentamento político das desigualdades sociais e injustiças socioambiental.

Fonte: Autores a partir de Layrargues; Lima (2010)

Para Freire (2019, p.111), a prática de uma educação na perspectiva crítica proporciona uma compreensão de um processo de experiência humana de intervenção de mundo. Intervenção tal que implica de modo dialético tanto no esforço de reprodução de ideologia dominante enquanto o seu desmascaramento. É de extrema importância encararmos a educação dentro do seu contexto histórico, e como o contexto inseparável da sociedade e a EA crítica trabalha o ser ambiental no pensamento contra hegemonia por fazer com que o atual modelo civilizatório seja questionado. Nessa perspectiva, o presente trabalho destaca a importância de trabalhar tais temáticas com a EA na perspectiva crítica como possibilidade real de transformação socioambiental.

A seguir um quadro comparativo destaca os pontos mais relevantes que caracterizam cada vertente da educação ambiental, onde não foram classificadas como certa ou errada, mas sim com as finalidades e objetivos que precisam ser analisadas quanto a temporalidade e historicidade em que está sendo trabalhada a educação ambiental e se atende às demandas para alcançar os objetivos estabelecidos ou não.

Correlacionando as macrotendências com o objeto de pesquisa, fica claro que trabalhar temas Racismo ambiental e Territorialidade na escola proporciona reflexões acerca da má distribuição de renda, o ciclo da pobreza, a invisibilização da população periférica urbanas e comunidades tradicionais rurais e indígenas e como o poder público se porta a esta camada populacional em situação de vulnerabilidade socioambiental decorrente do modelo desenvolvimentista eurocêntrico e por essa razão, a abordagem na perspectiva crítica da Educação ambiental se faz necessária como potente metodologia transformadora.

2.2 Fundamentos da educação ambiental crítica

As bases norteadora que direcionam fundamentalmente a EA crítica consistem na construção de uma nova linguagem pedagógica do pensamento para proporcionar reflexões acerca das questões ambientais sob o enfoque crítico-social, onde se identificam os problemas reais e a sua relevância para a

sustentabilidade socioambiental (ORDOÑES,1992, p.51-53). A redefinição do estilo de vida quanto ao nível de consumo, produção e desperdícios é uma das principais propostas da EA crítica, pois incorpora uma visão mais generalizada a respeito do papel do sujeito em sua unidade e na diversidade dos componentes naturais e processos planetários em prol de uma conscientização socioambiental (MORIN,2003, p.30-39).

Tais processos ocorrem com um trabalho metodológico e curricular devidamente alinhados e com um preparo do corpo docente na formação inicial e continuada dos professores, para que os educadores se formem criticamente para a condução dos programas e projetos que fazem parte de todo o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, segundo Leff (2001b, p.115), os programas de formação de professores são disciplinaristas, trabalhando de maneira fragmentada a construção do conhecimento, o que se opõe à proposta do ensino aprendizagem das questões ambientais, que exige uma leitura conjunta sobre a realidade social e ambiental.

A EA crítica tem como princípio trabalhar sob uma perspectiva contextual que envolve cooperação e senso de coletividade que transcende ao simples ato de identificação do problema, possibilitando ações positivas quanto as interações entre conceito e conexão com as necessidades das comunidades locais, trazendo praticas propositivas, tais como resolver e prever problemas e reativas, a exemplo de vencer a acomodação e a indiferença pertinentes ao cotidiano tanto escolar quanto social, focando nas interações educador-aluno e aluno com suas famílias e comunidade (CARNEIRO,1999, p.91-2).

Uma das prioridades mais imediatas da EA crítica se trata da desconstrução de conceitos epistêmicos-culturais do desenvolvimento na perspectiva hegemônica de produção e consumo e desconstruir conteúdos vazios (SOSA,1989, p.158-160) das propostas éticas que devem existir nas relações entre indivíduo e o meio ambiente e a sua compreensão acerca das condutas sustentáveis. A interdisciplinaridade é um dos direcionadores para a abordagem da EA crítica, visto que a visão fracionada dos problemas acometidos nas relações entre meio ambiente e sujeito, em suas multi-dimensões, impossibilita a reflexão sobre os mesmos (MORIN,2003, p.38-39). A articulação

das diferentes disciplinas associados aos saberes tradicionais e populares frente aos problemas socioambientais rompe com a visão unitarista possibilitando novos sentidos do ser e o seu papel no mundo. (LEFF, 2001a, p.219-221).

Por fim, a EA crítica demanda uma formação efetiva e adequada aos professores, proporcionando, em sua práxis, um saber ambiental que prepare o sujeito para uma formação cidadã pautada na responsabilidade pública, política e de atos cotidianos, pois construir uma sustentabilidade socioambiental se torna urgente com tantos fatores maléficos que comprometem o futuro do planeta.

2.3 Educação ambiental crítica no contexto escolar

A Educação Ambiental trabalhada criticamente no espaço escolar vem com o objetivo de quebrar paradigmas construídos no processo de formação da sociedade. Abordar conteúdos associados às questões ambientais criticamente provoca reflexão dos jovens acerca da realidade vivida, resgatando sua subjetividade e posicionalidade, despertando o senso crítico, se apropriando do conhecimento necessário para que saibam os caminhos da autoproteção e da autoafirmação munidos do conhecimento dos seus direitos e deveres como instrumentos para lutar contra a realidade social discriminatória e excludente da qual estão inseridos.

Paulo Freire aborda o fundamento e aplicação da Educação Ambiental como contribuição política engajada significativa para os desfavorecidos das comunidades que fazem parte da sociedade moderna. Infelizmente é perceptível a falta de preocupação em trabalhar os projetos de Educação Ambiental sob uma perspectiva crítica e que, ao mesmo tempo, promova um compromisso amoroso entre o mundo e os seres humanos através do diálogo. Freire (2005) nos afirma que, para se comprometer com os oprimidos e suas causas, precisa haver amorosidade, e completa que “este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (p.92), trazendo, ainda, que para um diálogo eficaz é fundamental um pensar crítico.

A cultura é muito valorizada no trabalho da Educação ambiental crítica para embasar as práticas necessárias daquele contexto para possibilitar um conhecimento significativo acerca do ensinado. Arruda (1998) afirma:

Cultura é a transformação que o homem exerce sobre a natureza, mediante o trabalho, os instrumentos e as ideias utilizados nessa transformação, bem como os produtos resultantes. E, mais ainda, nesse processo, o homem se autoproduz, se faz si mesmo homem. (p.4)

Portanto, através da cultura se criam as relações sociais, além de modelos de comportamento, instruções e saberes. Partindo deste contexto, entendemos que a educação não se dá isolada da cultura local ou das heranças dos antepassados, pois tais bases possibilitam a geração de novos conceitos e comportamentos, produzindo conhecimentos que também se adaptem ao espaço e tempo escolares. A Educação numa perspectiva crítica, propõe um processo de desenvolvimento integral do ser humano possibilitando a descobertas de habilidades e a construção de uma personalidade social mais responsável consigo, com seus valores, com o outro e com a natureza. Quanto ao trabalho educativo na perspectiva crítica, Saviani cita:

Podemos assim dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir direta ou intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (Saviani, 2013, p.13)

Por conseguinte, a função da escola é instrumentalizar os sujeitos para permitir a todos, sem distinção, a apropriação do saber elaborado socialmente de maneira significativa, possibilitando a aquisição dos conteúdos trabalhados, a descoberta das habilidades e seu desenvolvimento e convicções próprias sobre o mundo que o cerca e o seu papel enquanto ser independente e social.

Apesar do Brasil ter um papel protagonista nas discussões acerca da Educação ambiental e seus re-significados (LAYRARGUES,2004), muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas para uma práxis educativa efetiva dentro do contexto escolar brasileiro. O diálogo interdisciplinar e a abordagem transdisciplinar vem com o propósito de resolver a desassociação das questões ambientais com as outras várias disciplinas. No entanto, a falta de preparo do corpo docente e outros obstáculos impedem que as práticas educativas atinjam os objetivos estabelecidos pelos PCN's, onde destaca que a questão ambiental precisa ser trabalhada de forma contínua e integrada e não como disciplina. Por essa razão, o estudo do Tema Meio Ambiente precisa de conhecimentos acerca das diversas áreas do saber (Brasil,1998).

É nítido o descompasso entre as propostas oficiais estabelecidas pelos PCN's e as práticas escolares visto que a ausência de um currículo escolar baseado nos princípios que norteiam a Educação ambiental demonstra o quanto esta abordagem é tratada com descaso dentro das propostas e planejamentos pedagógicos das instituições de ensino da rede pública, foco da pesquisa em questão, fazendo com que a inexistência da sua disciplinização retire a importância do trabalho da Educação Ambiental no contexto escolar (ROSSI e LEAL,2012). Uma outra situação problema é que, quando a escola se propõe a realizar projetos de EA, a prevalência das suas práticas sempre recaem apenas nas disciplinas Ciências biológicas e geografia por possuírem assuntos pertinentes às temáticas ambientais (JACOBI,2007).

O PPP- Projeto político pedagógico, é um documento norteador obrigatório de toda gestão escolar com compromisso político e social da escola no contexto em que está inserida, pois "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani,1983,

p.93). É um projeto de responsabilidade da gestão escolar que deve ser elaborado com o corpo docente da instituição de ensino.

A Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em seu Artigo 12, inciso I, estabelece que a escola tenha como incumbência a elaboração e a execução da sua proposta pedagógica, respeitando Artigo 13 - inciso I; e o Artigo 14 - incisos I e II, que estabelece: os docentes e profissionais da educação devem participar da elaboração do PPP do estabelecimento de ensino. (Assmann; Ceccon, 2015, p. 585).

No entanto, nem sempre este projeto com grande responsabilidade político social local tem a participação efetiva dos educadores, demonstrando assim mais uma conduta de dominação do sistema hegemônico no processo educacional. Gestores escolares restringem o poder de decisão hierarquicamente, muitas vezes não dando voz ativa a todos os participantes da comunidade escolar, centralizando as definições com base nos próprios interesses. Segundo Veiga (1998):

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (p.11-35)

Por tais motivos explanados acima, referente a complexidade da Educação ambiental crítica na escola, Loureiro (2007) pontua sobre a articulação entre a dinâmica micro e macro dos problemas da prática pedagógica nessa perspectiva. Segundo o autor:

A Educação Ambiental Crítica é bastante complexa em seu entendimento de natureza, sociedade, ser humano e educação, exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo “pontes” e saberes transdisciplinares. Implica igualmente no estabelecimento de movimento para agirmos pensarmos sobre elementos micro (currículo, conteúdos, atividades extracurriculares, relação escola-comunidade, projeto político pedagógico etc.) e sobre aspectos macro (política educacional, política de formação de professores, relação educação-trabalho mercado, diretrizes curriculares etc.), vinculando-os. (LOUREIRO, 2007, p.02).

Traçando possíveis caminhos metodológicos para abordar as temáticas Racismo ambiental e Territorialidade, serão discutidos e analisados os pressupostos estabelecidos pela presente pesquisa no capítulo a seguir.

CAPITULO 3 - RACISMO AMBIENTAL, TERRITORIALIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CONCEPÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS PARA UM TRABALHO DOCENTE ENGAJADO EMANCIPATÓRIO.

A mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de valores. (Fritjof Capra, 1996, p.27)

Como pontuado no capítulo anterior, a Educação Ambiental normalmente se apresenta de forma empobrecida, promovendo a crítica ao modelo econômico desenvolvimentista, sem criticar de maneira efetiva este padrão que sustenta uma sociedade desigual, onde as relações se estruturam na destruição da natureza para fins de acúmulo material e capital. Trabalhar a sustentabilidade do desenvolvimento não está de acordo com a justiça social e ambiental, visto que exclui os sujeitos sociais, intensifica a segregação espacial e compromete negativamente a revitalização ecológica.

A escola é um espaço público e suas políticas devem assegurar o direito a conhecimentos de relevância social, tendo como destaque os sujeitos sociais e suas especificidades (FREIRE, 2005). No entanto, ocorre uma transnacionalização curricular com uma lógica que importa os currículos estrangeiros, trazendo uma visão monológica nos currículos escolares. Dessa maneira, para despertar o pensar e o agir crítico, se torna necessário mergulhar nas experiências de cada um para “confrontar as teorias com o real vivido” (LOUREIRO, 2020, p.135)

Para ser possível a prática da abordagem dos temas Racismo ambiental e Territorialidade dentro de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental, se

torna necessário transpor os muros da escola, utilizar de espaços não formais de aprendizagem, para se deparar com a realidade vivida sob uma nova ótica.

Dentro do conjunto de pressupostos metodológicos analisados para atender as necessidades das ações a serem desenvolvidas e os objetivos propostos, foram utilizadas aquelas que são ativas na contribuição do ensino transdisciplinar com o propósito do trabalho coletivo, protagonismo do sujeito e proporcionando maior significado no ensino curricular.

Existem obras que estão sendo mais alinhadas as epistemologias do sul (SANTOS;MENEZES,2010) no intuito de romper paradigmas das ciências humanas e sociais, porém este acesso deverá alcançar as escolas através dos projetos que sigam a perspectiva da descolonização de saberes, incentivando assim aos jovens e adultos que estão em trajetória escolar a participarem de movimentos sociais e identitários, sobretudo à ação mais consciente enquanto cidadão na atual conjuntura social, política e econômica que o país vem atravessando. A “ecologia de saberes” aposta no diálogo entre as práticas e modo de vida e visibilidade dos sujeitos com a produção do conhecimento, formando assim uma postura política mais contextualizada e eficiente na vida daqueles que decidem sobre o destino da nação, tanto nas decisões políticas como em ações cotidianas, adotando uma “postura político-epistemológica” (GOMES, 2012, p.54).

A concepção Freiriana reforça uma metodologia de mobilização e criação de espaços dialógicos de problematização, construindo o pensar crítico a partir do protagonismo dos sujeitos sociais, interferindo e transformando a realidade, afinal “[...]fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser” (FREIRE,2005, p.66). Ainda seguindo em concepções que protagonizam o sujeito e aguçam a sua criticidade, complementa o presente estudo a concepção da pedagogia Histórico-Crítica (PHC) com a sua base no materialismo histórico-dialético de Marx, entendendo o trabalho educativo como fundamental para a transformação histórica e construção da consciência crítica da sociedade.

Em outros termos, o que eu quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta Visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. (SAVIANI, 2011, p.76)

No entendimento de Loureiro (2004), a pedagogia crítica é um elemento essencial para a formação do sujeito e tradição educacional emancipatória, considerando que essa perspectiva pode contribuir “sobremaneira para o entendimento das políticas educacionais e da função social da educação” (p.68). Ainda segundo Loureiro, et. al. (2009):

A educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que em seu ponto de partida na teoria crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social. [...] Desse modo, a pedagogia crítica, origem da educação ambiental crítica, como a compreendemos, é uma síntese das propostas pedagógicas que tem como fundamento a crítica da sociedade capitalista e da educação como reprodutora das relações sociais injustas e desiguais (p.86)

Como estratégia para atender as necessidades de trabalhar os temas Racismo Ambiental e Territorialidade na Educação Ambiental Crítica, se torna imprescindível uma práxis na ação-reflexão-ação dentro do movimento dialético para promover uma ação transformadora que possibilita construir novos paradigmas conceituais e práticos para a resolução de problema no contexto urbano das quais as escolas pesquisadas estão inseridas. Deste modo, o objetivo do presente escrito é contribuir quanto a identificação de práticas pedagógicas que possibilitem a articulação entre a Educação Ambiental Crítica e os temas Racismo Ambiental e Territorialidade numa perspectiva decolonial e contra hegemônica nas escolas.

O desafio da convivência a partir do respeito à diferença é pauta de discussão entre profissionais comprometidos com a educação baseada na prática da liberdade e da autonomia. Entretanto, mesmo entendendo a necessidade das alterações acerca dos currículos escolares e da sua práxis, a falta de preparo dos professores e gestores escolares faz com que a sua abordagem seja baseada na ambiguidade pela ideia de negação e afirmação do racismo no Brasil sustentado pelo mito da democracia racial brasileira, sobretudo quando não tratam de temas como racismo ambiental, desterritorialização e os efeitos deletérios e perniciosos da modernidade.

Partindo dessa análise, é importante destacar a década entre 70 e 80, período onde o tema relacionado à ambientalização no Brasil propôs projetos e alternativas sustentáveis com a preocupação excessiva em manter a matéria e energia suficiente para sustentar a economia capitalista, com uma visão meramente quantitativa do processo. Porém, ainda se sustenta dentro dos veículos de informações e propostas ambientais a ideia de Meio ambiente sem sujeito, pensando a natureza como exterior a sociedade e distinto da formação humana. Como cita Krenak (2017), “Monocultura de ideias é o que percebo em todo o repertório do pensamento do ocidente.”

3.1 Por uma educação em combate a criminalização da pobreza.

As questões ambientais nas escolas tendem a serem trabalhadas desconectadas do que se vive cotidianamente. Um saneamento básico precário, a falta de água potável ou um sistema de saúde que não comporta a demanda populacional, muitas vezes, se discutidas nas escolas, estão sendo associadas à falta de consciência e responsabilidade social daqueles que teimam em ter mais filhos e agregar custos para o Estado, causando um crescimento demográfico desenfreado. No entanto, existem análises muito mais profundas e históricas que explicam o descaso e violações graves de direito e segregação espacial com as comunidades periféricas, quilombolas, indígenas, extrativistas,

roceiros e outras comunidades tradicionais subjugadas e vítimas do “Maquinário de violência do ocidente” (ANI,1994).

Este tipo de abordagem, sutilmente, associa a degradação ambiental aos pobres, proporcionando o reducionismo das discussões sobre tais questões, pois julga os sujeitos que fazem parte deste grupo social numa posição de errado, ignorante e culpado por todo este desequilíbrio socioambiental do qual estão inseridos. Com isso, promove o desconforto de pertencer àquele grupo social, comprometendo negativamente a construção da personalidade daquele indivíduo que, por sua vez, tende a se afastar da sua origem com o pensamento de ser melhor, crescer e não fazer mais parte daquele núcleo para pertencer a outro dito melhor e superior, estabelecido pela atual conjuntura social.

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (SILVA,2005, p.23)

Por estes e tantos outros motivos, tais assuntos precisam ter uma discussão aprofundada que transcenda o aqui e agora para esclarecer as razões históricas que foram responsáveis por todo o processo discriminatório e de alienação que fazem parte deste contexto vivido por comunidades classificadas como minorias.

Nas palavras de Souza (2001, p.99), “a territorialidade tem a ver com um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre entre seres humanos mediatizada pelo espaço.”. Dentro dessa relação, existem questões polêmicas mediante aos conflitos existentes nestes espaços, como o descaso do Estado com grupos subalternizados, onde não se presta a devida assistência de direito, como saneamento básico, moradia adequada, acesso a saúde e água potável, dentre outros. Problemas estes que se agravam quando estão relacionados às comunidades tradicionais Rurais. Quilombolas, ribeirinhos,

caixaras, pescadores e outros são invisibilizados pelos órgãos governamentais competentes, e vivem lutando contra o sistema para não perder as suas terras deixadas pelos ancestrais. A maneira de trabalhar a Educação ambiental deve ser avaliada pois, toda mudança comportamental não se faz efetiva com uma breve leitura de cartilhas que seguem os moldes de um pensamento hegemônico sobre o agir e pensar as relações uns com os outros e do sujeito com a natureza.

Para uma Educação crítica eficaz se faz necessário partir da premissa de que as condições igualitárias de acesso aos direitos precisam existir tanto nas questões territoriais, ambientais, culturais, econômicas, dentre outros que fazem parte do contexto social. As políticas públicas ambientais precisam ser pauta de discussão dentro do trabalho de Educação Ambiental crítica e contra hegemônica nas escolas para que se torne clara a percepção acerca das violações de direitos sofridas por determinados grupos sociais, sobretudo os diferenciados por marcadores étnico - raciais. Tais políticas precisam ser revistas para que se adeque a dinâmica de um povo diverso, respeitando as diferenças e as especificidades de cada lugar.

A cultura de valorização da ancestralidade nas suas mais diversas definições precisa ser debatida no ambiente escolar para que seja possível conhecer as nuances que envolvem cada grupo, suas crenças e as suas territorialidades, promovendo o respeito à diferença. Não existe diálogo dentro de uma abordagem baseada numa linguagem universalista, discriminatória e dogmática dentro de um público tão diverso e rico culturalmente. A escolarização precisa de metodologias comprometidas com a conscientização e politização do indivíduo dentro do processo pedagógico. Uma abordagem completamente antagônica ao vigente no sistema público e privado de ensino atual, que trabalha numa vertente tecnicista, visando o preparo dos sujeitos para estarem aptos a ingressar no mercado de trabalho, dando continuidade às engrenagens do modelo desenvolvimentista e eurocêntrico estabelecidos para serem aceitos e executados reforçando uma sociedade individualista, opressiva e discriminatória.

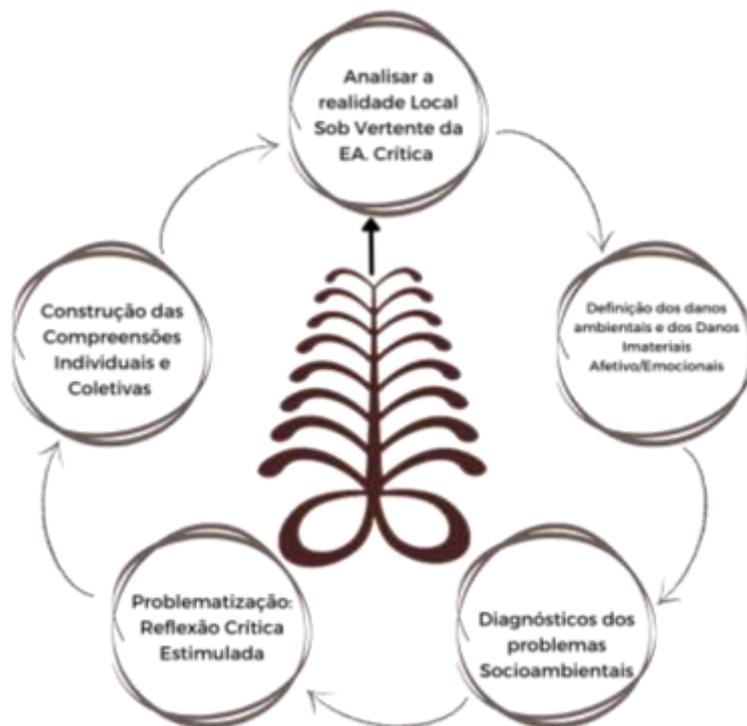
3.2 Abordagem das temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade na EA sob a perspectiva crítica

As dificuldades encontradas pelos docentes em lidar com temas desafiadores, quando abordados numa perspectiva crítica na escola, são estabelecidas pelo não conhecimento aprofundado das temáticas a serem trabalhadas e pela falta de aperfeiçoamento no campo da Educação ambiental enquanto a sua trajetória profissional. O fato de não ter a orientação clara quanto às estratégias metodológicas norteadoras que alcançam os objetivos propostos no trabalho da Educação ambiental, contribui para a falta de estímulo em trabalhar tais questões na sua dinâmica escolar.

Baseada numa orientação vinculada a pedagogia Histórico-Crítica trazida por Dermeval Saviani (2010, 2011, 2012), pela pedagogia engajada (HOOCKS, 2013) e pela pedagogia Freiriana (FREIRE, 2005; GADOTTI; FREIRE & GUIMARÃES, 2001), que trazem orientações críticas acerca do papel da escola dentro do contexto brasileiro, foi possível entender as conexões entre os objetivos da Ea crítica e abordagem dos assuntos Racismo ambiental e Territorialidade.

A Figura 1 a seguir estabelece, através de um esquema, pressupostos que possibilitam uma compreensão do real vivido e sentido, além da continuidade no processo de análise crítica dos sujeitos participantes por ter a sua habilidade crítica estimulada.

Figura 1: Esquema baseado nas pedagogias críticas voltadas para a abordagem das temáticas Racismo ambiental e Territorialidade numa perspectiva contra hegemônica nas escolas.



Fonte: Elaboração da autora

Partindo da análise da figura acima, observa-se que:

- A práxis desta dinâmica consiste na reflexão acerca do contexto vivido e sentido, levantamento de dados e definições que podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar pelo seu detalhamento a partir da análise crítica da situação problema. Assim, conceitos dos danos ambientais correlacionados com os danos imateriais e afetivos possibilitará a reflexão mais profunda, bem como a aproximação do corpo docente e dos discentes em se abrir a partir do diálogo e troca de experiências, o que possibilitará numa rica discussão e possibilidades de transformação pensando coletivamente. Segundo Bell Hooks (2013), nenhuma educação é politicamente neutra. Para a possibilidade de mudança interna, o contexto vivido precisa ser modificado.

- O diagnóstico dos Danos socioambientais possibilitará uma análise política e econômica acerca das questões que intensificam as crises que envolvem a sociedade e o Meio ambiente. Não existe um trabalho sob a perspectiva crítica sem ter um viés político na sua análise e discussões, afinal “O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes” (SAVIANI, 2018, p.26).

- A problematização é um dos pontos fundamentais na práxis educativa trabalhada sob a perspectiva crítica. Partindo dela, existe o confronto de ideias, exposições dos diversos pontos de vista acerca da situação problematizada e o conflito. Segundo Freire (2003), a ativação do conflito serve para a superação, e o conflito ambiental tem muita potência pedagógica. Como lembrado por Loureiro e Franco (2014, p. 173), são ações elaboradas a partir do diálogo mútuo entre oprimidos e expropriados que constroem caminhos comuns para dar conta de seus problemas.

- As construções das Compreensões individuais e coletivas se fazem presentes a partir do acesso ao conhecimento significativo que protagoniza o sujeito no processo ensino- aprendizagem. Segundo Hooks (2013), a pedagogia engajada proporciona uma sala de aula democrática, onde cada aluno se sente parte da construção da dinâmica realizada a partir dos relatos e experiências. Partindo deste pressuposto, existe a oportunidade de aprender e reaprender novas maneiras de conhecer que vão contra as correntes dominadoras do processo educacional cartesiano e ocidentalizado.

Seríamos todos muito mais bem sucedidos em nossas lutas para acabar com o racismo, machismo e exploração de classe se tivéssemos aprendido que a libertação é um processo contínuo. Somos bombardeados diariamente por uma mentalidade colonizadora- poucos de nós conseguimos escapar das mensagens oriundas de todas as áreas de nossa vida, uma mentalidade que não somente molda consciências e ações, mas também fornece recompensas materiais para submissão e aquiescência que superam em muito quaisquer ganhos materiais advindos da resistência, de modo que precisamos

estar constantemente engajados em novas maneiras de pensar e de ser (hooks,2020, p.57)

3.3 Perfil da escola e grupo focal

As escolas pesquisadas foram selecionadas sob o critério principal de se localizarem em dois bairros periféricos, onde se situam grandes favelas da cidade de Salvador, regiões nas quais se fazem presentes inúmeras situações de racismo ambiental e ameaça a territorialidade. Mediante a dinâmica proposta na presente pesquisa, tal contexto fez-se necessário para analisar se os alunos e moradores de tais comunidades conseguiam compreender acerca dos problemas socioambientais vividos cotidianamente nos arredores da sua comunidade e da sua escola, se conheciam essas temáticas, e se as correlacionavam com as problemáticas enfrentadas, além da percepção a respeito do trabalho da EA em prol desses aspectos em perspectiva crítica nas escolas pesquisadas.

As escolas fazem parte da rede pública de ensino de Salvador, Bahia, com localização da escola A na Região do São Caetano e da escola B, na região da Fazenda Grande do Retiro. A Escola que será identificada como *Escola A*, funciona nos três turnos, possui o nível médio técnico, com cursos de Edificações, Administração, Eletrotécnica e Logística. Quanto à metodologia de ensino, cada professor aplica aquela que seja prática e objetiva para trabalhar todos os conteúdos estabelecidos para o ano letivo, porém de livre escolha do professor. Esta escola preza por uma metodologia de ensino mais voltada à preparação do aluno para o mercado de trabalho, visto que muitos dos professores das disciplinas específicas não possuem licenciatura.

A escola identificada como *Escola B*, tem o turno noturno dedicado à modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos. Nela encontram-se jovens que cursam nível médio do ensino regular, onde alguns deles já são pais e mães de família em busca de recuperar o tempo perdido quanto aos estudos. Sua metodologia também é de livre escolha dos professores.

Ambas as escolas possuem uma grande preocupação em ofertar dentro de suas dependências grandes possibilidades de discussões e projetos, porém reconhecem que as temáticas destacadas no presente trabalho nunca foram trazidas para as oportunidades de debates e discussão entre eles, e principalmente, que nunca foram inseridas no contexto de Educação Ambiental. Entram em concordância também quando reconhecem o despreparo do corpo docente para trabalhar tais temáticas, pois muitos deles desconhecem do que se trata estes assuntos. Logo, reconhecem que fica impossível trabalhar com os seu alunado quando a equipe gestora e docente não se encontra apta a tratar destes temas.

Podemos perceber esforços do Ministério da Educação ao trazer livros que servem de reflexão acerca de como se deve reconhecer e tratar o Racismo dentro das escolas. Segundo Munanga (2005), na apresentação de um desses livros direcionados a docentes e gestores educacionais, a ignorância a respeito dessa temática advém da “falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial” o que comprometeu significativamente o papel dos educadores na formação dos futuros seres sociais. Ainda segundo autor:

“No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação do espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.”

(MUNANGA, 2005, P. 15)

Mediante a tais problemáticas, temos como consequência uma grande lacuna nas instituições de ensino quanto a discussões relativas às implicações do Racismo e discriminações étnico-raciais e quanto às injustiças vivias por sujeitos sociais que se enquadram nesta categoria cotidianamente, onde

práticas racistas passam a ser tratadas com normalidade, inclusive, pelos sujeitos que sofrem a consequência deste ato, o que será demonstrado a seguir.

3.4 Concepções dos alunos sobre Racismo ambiental e Territorialidade: Aplicação do questionário e os desafios enfrentados

A elaboração do questionário utilizado buscou analisar de forma mais abrangente os procedimentos metodológicos utilizados nas práticas das atividades relacionadas a Educação Ambiental, de modo a vislumbrar as concepções que cada um tem em relação às temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade e se de fato são trabalhadas no contexto escola sob a vertente da EA crítica.

É preciso relatar o desafio para a aplicação dos questionários por conta do novo cenário de afastamento social, devido à pandemia causada pelo Coronavírus. Partindo do impeditivo referente à proibição de encontros que promovessem aglomerações de pessoas, o contato presencial para aplicação do questionário não foi possível com as turmas na escola. Dessa forma foi organizado, junto à equipe gestora das escolas investigadas, apenas um encontro presencial com um representante de cada turma, pertencente ao grupo focal da pesquisa. O questionário foi aplicado atendendo a todas as normas de segurança e higiene em combate a propagação da COVID-19, e foram disponibilizados para cada um deles equipamentos de proteção individual para a participação deste momento de mobilização, a fim de que entendessem a proposta e objetivos do presente projeto.

No encontro em Junho de 2021, foi possível explicar acerca as motivações da pesquisa, de que forma contribuirá no ramo científico para aqueles que se interessem no tema em análise, e como eles, enquanto alunos, serão instrumentalizados criticamente como um ser social se tais procedimentos pedagógicos forem incorporados nas práticas da Educação Ambiental das escolas numa perspectiva crítica e contra hegemônica. Todos os envolvidos se mostraram interessados na proposta e aceitaram tanto preencher o formulário virtual, quanto mobilizar os demais colegas das turmas representadas a

preencherem o questionário digital, visto que sua maioria já não estava mais motivada em prosseguir nos estudos do ano letivo vigente devido a contratempos em âmbito familiar e todo o desgaste físico e emocional acometidos pela pandemia.

Ficou acordado que, após o preenchimento do questionário, cada uma das instituições de ensino pesquisadas iriam disponibilizar um tempo dentro do cronograma escolar, ainda indefinido pelas novas diretrizes adaptadas ao contexto pandêmico, para promover uma Oficina Virtual com o tema: **Racismo ambiental e Territorialidade: A luta pela terra e pelo direito à cidadania**. A Oficina tem como objetivo produzir conhecimentos significativos, críticos, socialmente relevantes na perspectiva socioambiental, e agir como fator motivador para os alunos debaterem assuntos pertinentes ao contexto vivido no presente ano letivo, que foi impactado negativamente quanto a sua produtividade como mais um efeito da desigualdade social enfrentados por estudantes periféricos, dessa vez causados pela pandemia Covid-19 no contexto escolar da rede pública de ensino.

A seguir (Figura 2), registros do primeiro encontro com representantes das turmas da escola B, no intuito de falar sobre a proposta da pesquisa, me apresentar e demonstrar o meu interesse nessa troca de experiências a partir das discussões proporcionadas pelas dinâmicas realizadas na Oficina.



Figura 2- Encontro com representantes das turmas escola B em Junho/2021. Imagem autoral.



Figura 3- Alunos representantes das turmas escola B. Imagem autoral.

Conforme o acordado, os questionários foram disponibilizados e devidamente preenchidos, o que possibilitou a primeira análise afim de atender aos objetivos traçados no presente escrito.

3.4.1- Análise dos questionários

Entendendo importância de se perceber qual o nível de aproximação dos alunos acerca das temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade e se as mesmas estão sendo trabalhadas nas propostas de Educação Ambiental das escolas investigadas, foram analisadas sobre os conceitos das abordagens, as contextualizações com a realidade vivida, dentre outros aspectos que serão demonstradas em percentuais nos gráficos a seguir:

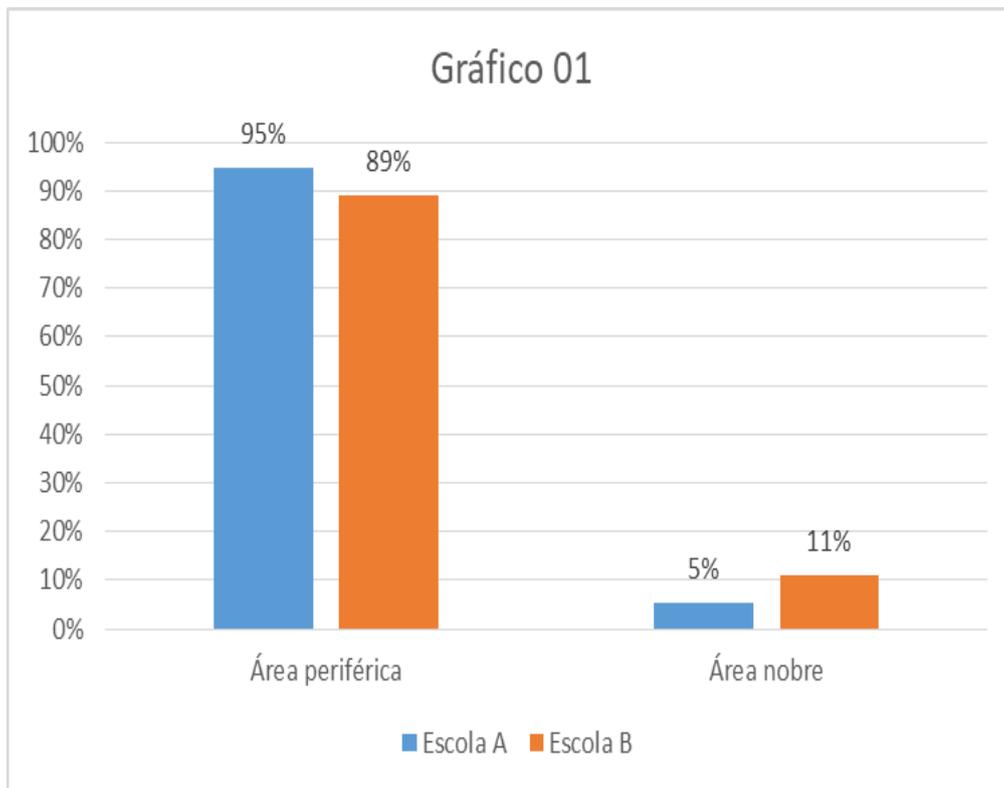


Gráfico 1: Percentual das respostas à pergunta: A região de Salvador em que você mora é considerada como área nobre ou área periférica?

Diante do exposto no gráfico acima, existem nos resultados alunos que residem em Região periférica de Salvador, mas que não a reconhece como periferia. Embora não tenha sido um número alto, foi um resultado surpreendente e significativo, visto que o entendimento das questões que diferenciam um bairro nobre de outro periférico, fomenta discussões socioeducativas de extrema relevância para compreensão crítica dos processos socioeconômicos e políticos do nosso país.

Quando questionados diretamente sobre conhecer o termo RACISMO AMBIENTAL, o resultado segue demonstrado no gráfico 2:

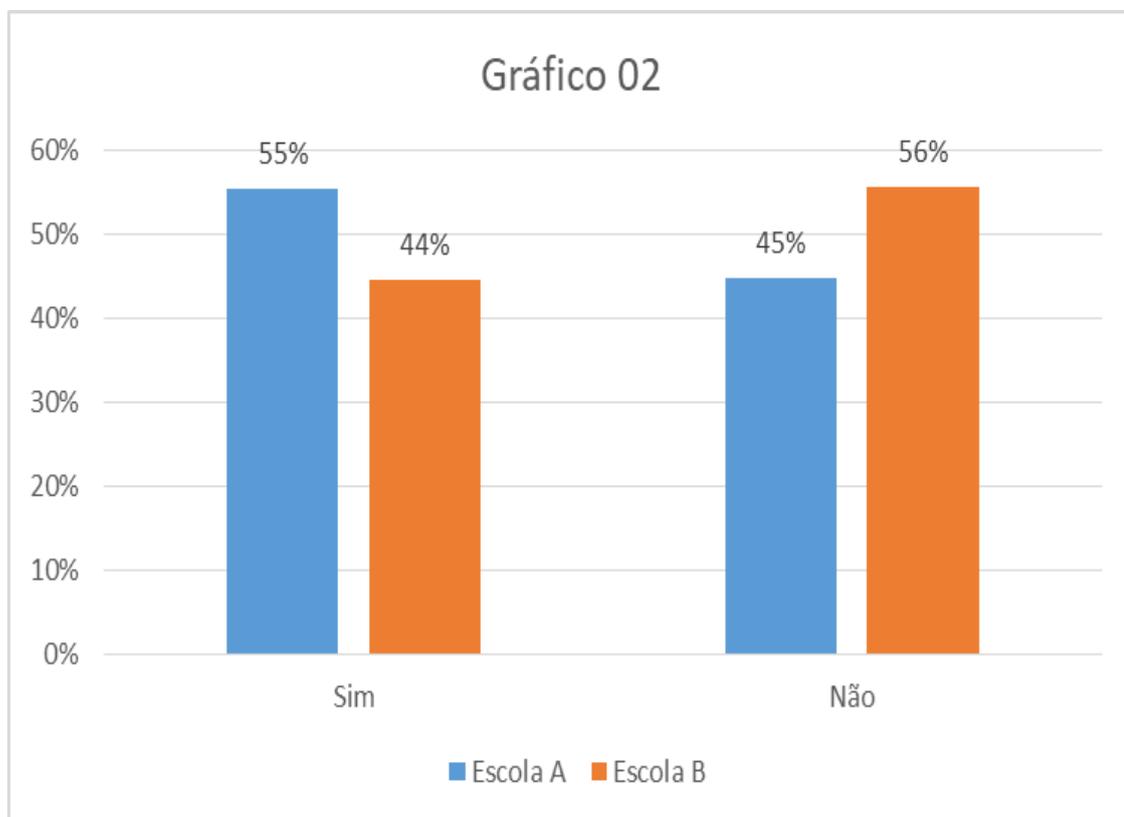


Gráfico 2: Percentual das respostas à pergunta: Já ouviu o termo Racismo Ambiental?

Na leitura do gráfico 2, mais da metade dos alunos das duas escolas afirmaram nunca ter ouvido falar no termo Racismo Ambiental. Este fato destaca a falta de atenção acerca de tais abordagens e fragilidade no trabalho da EA na Educação básica. A política educacional adotada é fator determinante para existir um avanço significativo das mudanças comportamentais e para um contexto socioambiental novo.

A Educação Ambiental sendo de caráter obrigatório apenas como tema transversal, perde a sua potência transformadora e, por essa razão, muito se tem discutido dentro dos estudos acerca deste assunto a favor da inserção da EA nos currículos escolares. Segundo Saviani (2001, p.55), tal importância se dá “Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas”, e assim torna-se necessário se

apropriar dos conhecimento que os *dominantes dominam como condição de libertação*.

O Gráfico 3, a seguir, possibilitou analisar se aqueles que afirmaram na questão anterior ter escutado o termo “Racismo ambiental”, de fato compreendem o seu conceito, que, segundo Loureiro (2020, p.135), “O conceito como expressão do movimento de apreensão do real é histórico e traz a mudança e a transformação como algo intrínseco ao que existe.”.

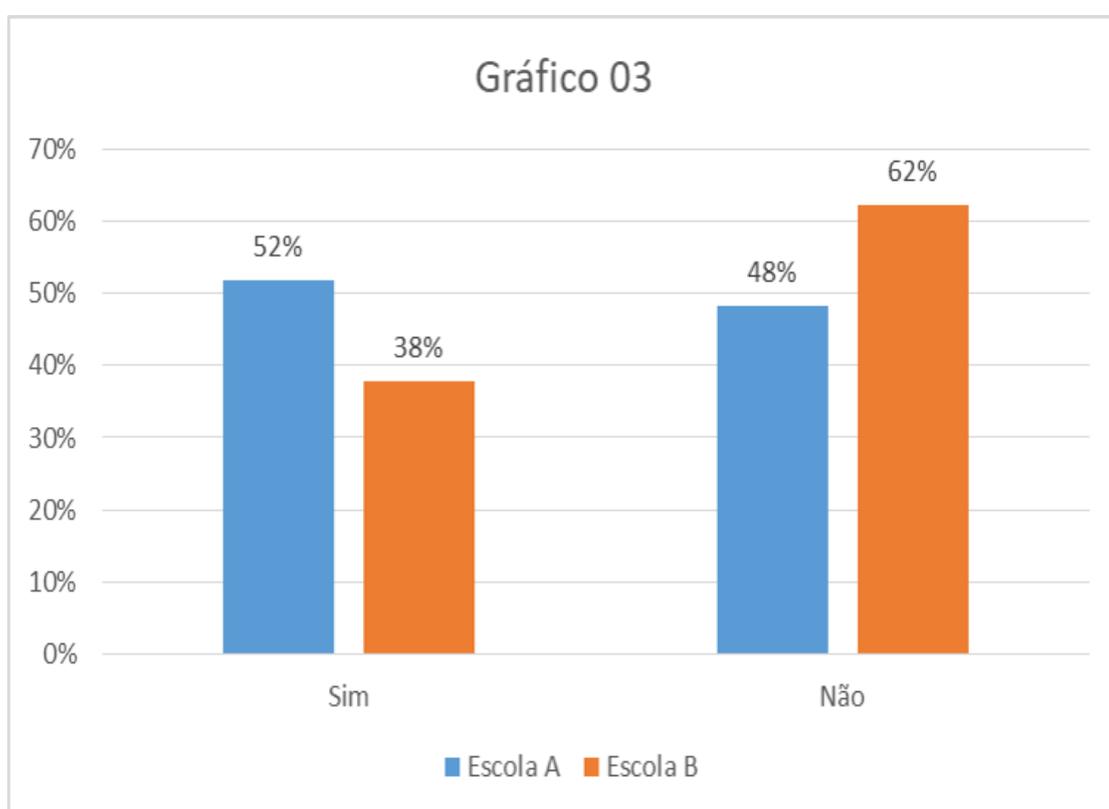


Gráfico 3- Percentual das respostas à pergunta: Você compreende o conceito de Racismo Ambiental?

Respondendo ao questionamento representado no Gráfico 4, quanto a eles se considerarem vítimas do Racismo ambiental, percebe-se que, aqueles que afirmaram conhecer o termo Racismo ambiental e o seu conceito, na realidade não tinham a clara compreensão acerca do assunto, pois residem em bairro periférico, regiões com as mais diversas formas de violações de direito, que são classificadas como Racismo Ambiental, e a maioria não se reconheceu vítima

do descaso do poder público quanto a região em que residem, tampouco associam tais situações de risco e vulnerabilidade ao Racismo Ambiental que, segundo Herculano (2008, p.16), “ Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: O que recai sobre as etnias, bem como sobre todo o grupo de populações ditas tradicionais [...]”.

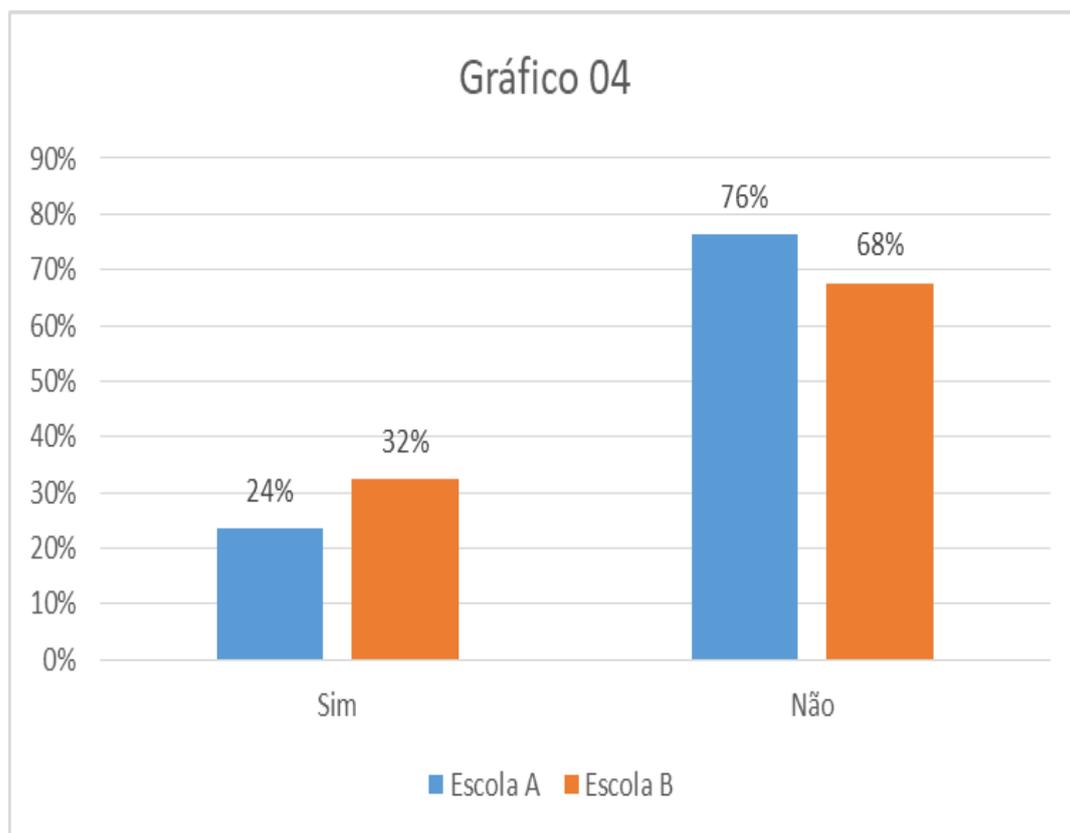


Gráfico 4: Percentual das respostas à pergunta: Você se considera vítima de Racismo Ambiental?

O Gráfico 5 reforça a falta de compreensão clara acerca do conceito de racismo ambiental que, no Gráfico 3, foi afirmado por um número significativo de alunos das escolas A e B que existia a compreensão acerca de tal conceito.

Porém, aqui representamos o que motivou ao alunos à responderem na questão anterior que se consideram ou que não se consideram vítimas do Racismo Ambiental onde moram, e fica perceptível a insegurança e incompatibilidade com o questionamento anterior, visto que da Escola A, 30%

decidiram não responder e apenas 14% se posicionaram entre afirmação ou negação. Quanto a Escola B, houve a mesma situação, em que 14% optaram por não responder e apenas 21% se posicionaram entre afirmação e negação.

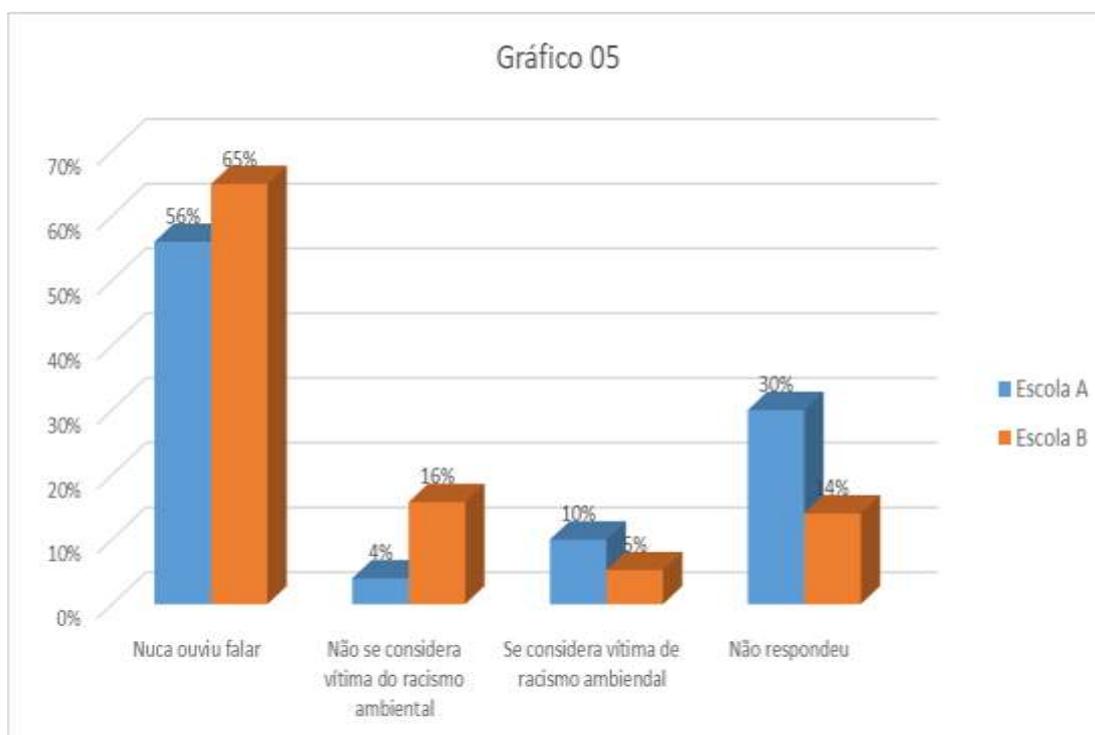


Gráfico 5- Percentual das respostas à pergunta: O que motivou a escolha da sua resposta na questão acima (questão 4)?

Vale destacar que ainda há uma grande quantidade de alunos que nunca ouviu falar acerca dessa temática, tanto em outras fontes de informações como, principalmente, no espaço formal de ensino, que é a escola. Logo, já temos uma prévia constatação das carências referente às abordagens relacionadas a Educação Ambiental numa perspectiva crítica relacionada às mais graves crises socioambientais da atualidade.

No Gráfico abaixo, a pergunta está direcionada às questões da territorialidade, termo muitas vezes confundida com a definição de Território, que é mais trabalhado nas disciplinas de geografia e nas ciências biológicas, quando correlacionado com os conteúdos que tragam definições sobre biomas, ecossistemas e habitats, perdendo a profundidade do seu significado e a essência do que ela representa. A territorialidade traz consigo um conjunto de

elementos simbólicos que dá ao sujeito a noção e o sentimento de pertencimento e que serve como forte instrumento emancipatório territorial. Porto-Gonçalves (2010, p. 109) ressignifica território onde, segundo ele, “na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida em que se comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas.”

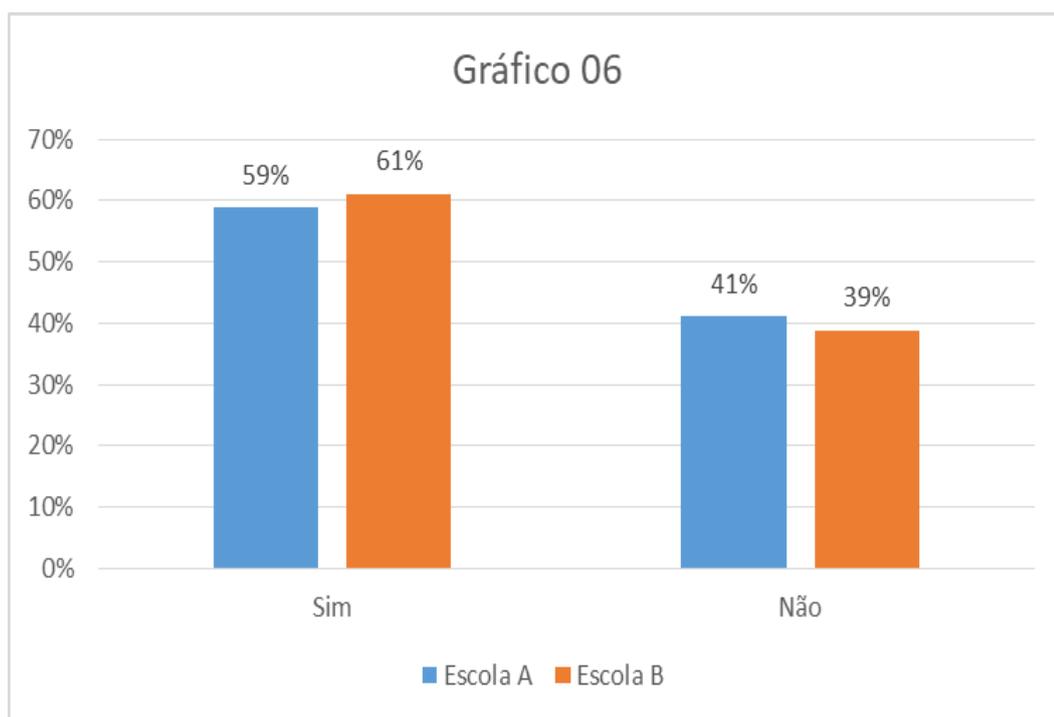


Gráfico 6- Percentual das respostas à pergunta: Já ouviu falar no termo Territorialidade?

Analisando o Gráfico a seguir, que traz um questionamento mais aprofundado no que diz respeito à compreensão sobre o conceito do termo em questão, pode-se perceber que existe uma quantidade significativa de alunos que afirmam nunca ouvir falar sobre Territorialidade, ainda que a maioria afirme que domina a definição do conceito.

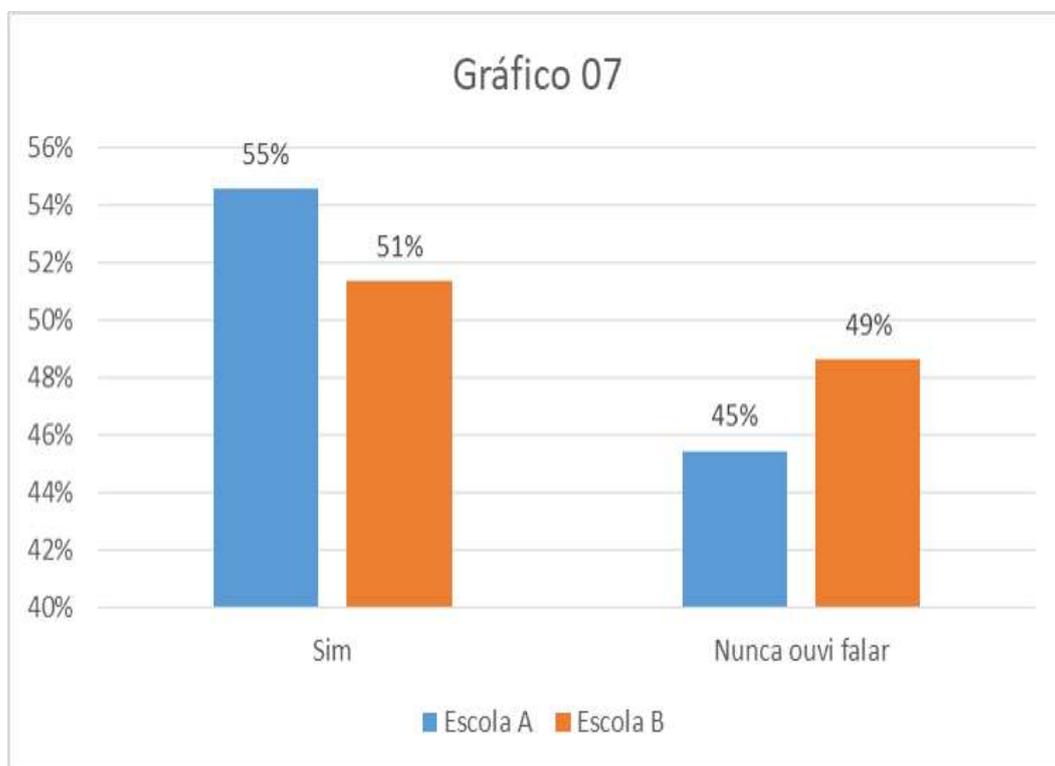


Gráfico 7- Percentual das respostas à pergunta: Você compreende o conceito de territorialidade?

A partir da análise dos gráficos acima, temos a clara percepção da falta de inserção de tais temáticas nas pautas de discussões socioambientais das escolas pesquisadas. Temáticas estas de fundamental importância na instrumentalização dos sujeitos que estão em processo de formação para agir na sociedade que hoje enfrenta graves problemas socioambientais e que insiste em se manter em ritmo crescente e devastador.

Os gráficos a seguir representam mais diretamente o questionamento acerca de como se está sendo trabalhada a Educação Ambiental nas escolas investigadas, o que foi possível analisar acerca da vertente metodológica da Educação ambiental em que estão sendo direcionados nos projetos seguidos pelos professores da instituição.

Ao questionar quanto a existência de projetos relacionados a EA nas escolas pesquisadas, obteve-se o seguinte quantitativo:

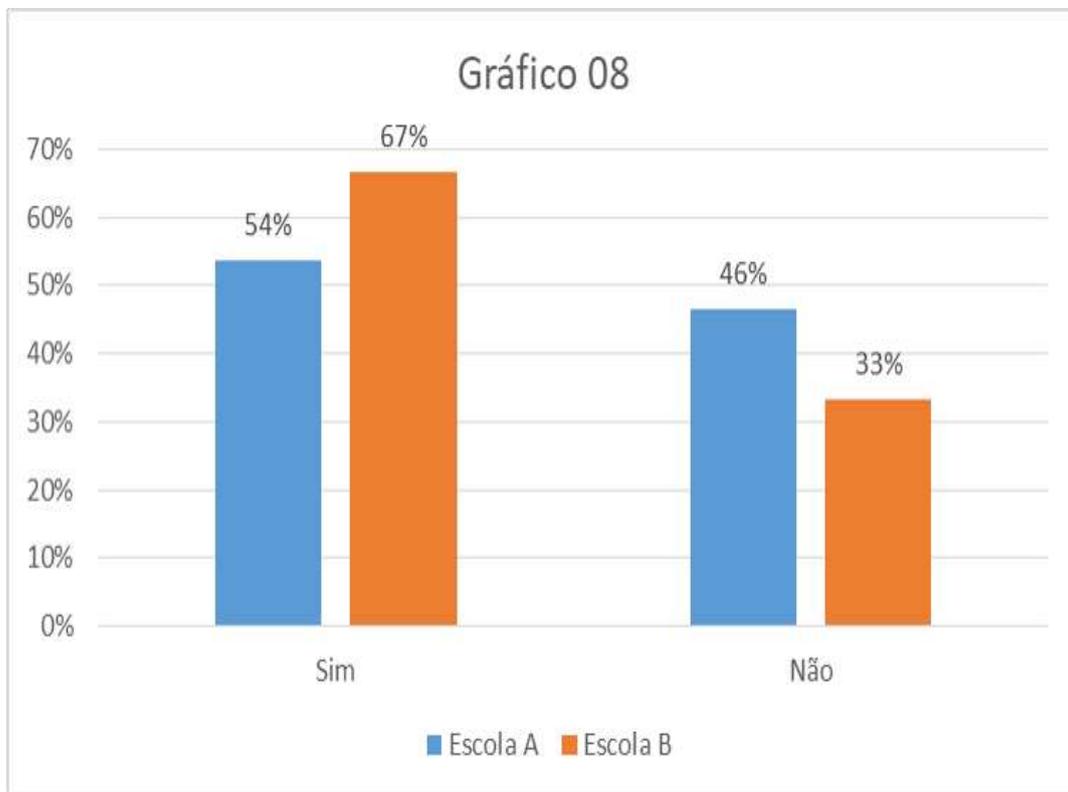


Gráfico 8- Percentual das respostas à pergunta: Na escola que você estuda, existem projetos relacionados à Educação Ambiental?

Ao analisar as respostas, constatamos que os alunos da mesma escola se dividem quanto a afirmar se existem projetos relacionados a Educação Ambiental onde estudam. Isso leva a reflexão quanto a algumas possibilidades. A primeira delas é de que, se os projetos estão acontecendo na escola, a percepção dos alunos quanto aos objetivos propostos está comprometida e os objetivos ordinários não estão sendo alcançados. Uma outra possibilidade é da equipe de professores não seguirem conforme a algum projeto pedagógico norteador da escola, que deve seguir aos PCN's, que deixam claro a obrigatoriedade da inserção de trabalhos de Educação Ambiental na Educação Básica do espaço formal de ensino. Isso só reforça a importância de se pensar sobre inserir a Educação Ambiental no currículo escolar. Porém, o mais

importante “[...] diz respeito a forma como pensamos essa inserção.” (TOZONI-REIS; CAMPOS, 2015, p. 108). Ainda segundo as autoras:

Se a Educação Ambiental, como educação, tem especificidades- principalmente a de educar para uma relação mais equilibrada das sociedades com a natureza- e a escola também tem seu papel específico- a socialização dos saberes sistematizados-, o papel da escola com a educação ambiental é o de socializar os saberes ambientais elaborados pela cultura em toda a sua trajetória histórica. Essa socialização dos saberes ambientais elaborados pela cultura como o eixo do fazer educativo ambiental tem, na escola, por sua especificidade, um tratamento próprio: o currículo.

O Gráfico 09 a seguir, demonstra de maneira mais específica que as temáticas Racismo Ambiental e Territorialidade não são trabalhadas de maneira tão significativa nas escolas pesquisadas, principalmente quando relacionadas às práticas dos projetos relacionados a EA.

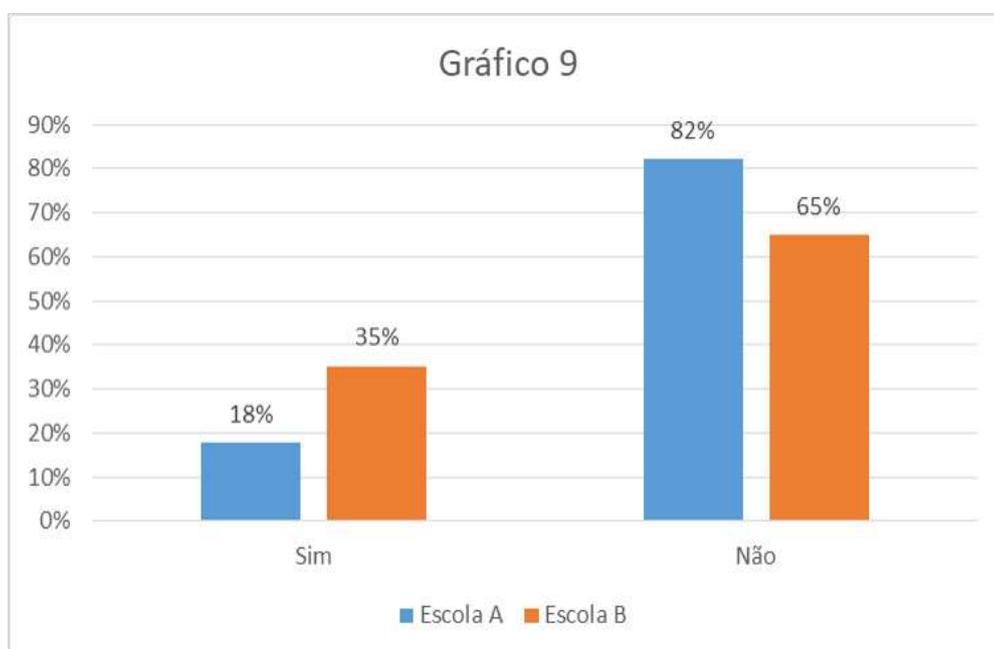


Gráfico 09- Percentual das respostas à pergunta: Você já trabalhou o tema Racismo Ambiental e Territorialidade em alguma atividade relacionada a Educação Ambiental?

O último gráfico traz em contexto atualizado o quanto a falta de uma percepção crítica nas escolas acerca dos problemas socioambientais nos quais estamos inseridos, promove uma alienação generalizada e contentamento por parte dos sujeitos mediante a problemas de extrema gravidade. A exemplo disso, podemos citar a chegada do Coronavírus e com ele o nível de agravamento das violações de direito das camadas populacionais menos favorecidas economicamente, que sofreram de maneira mais intensa as consequências da chegada da pandemia ao Brasil.

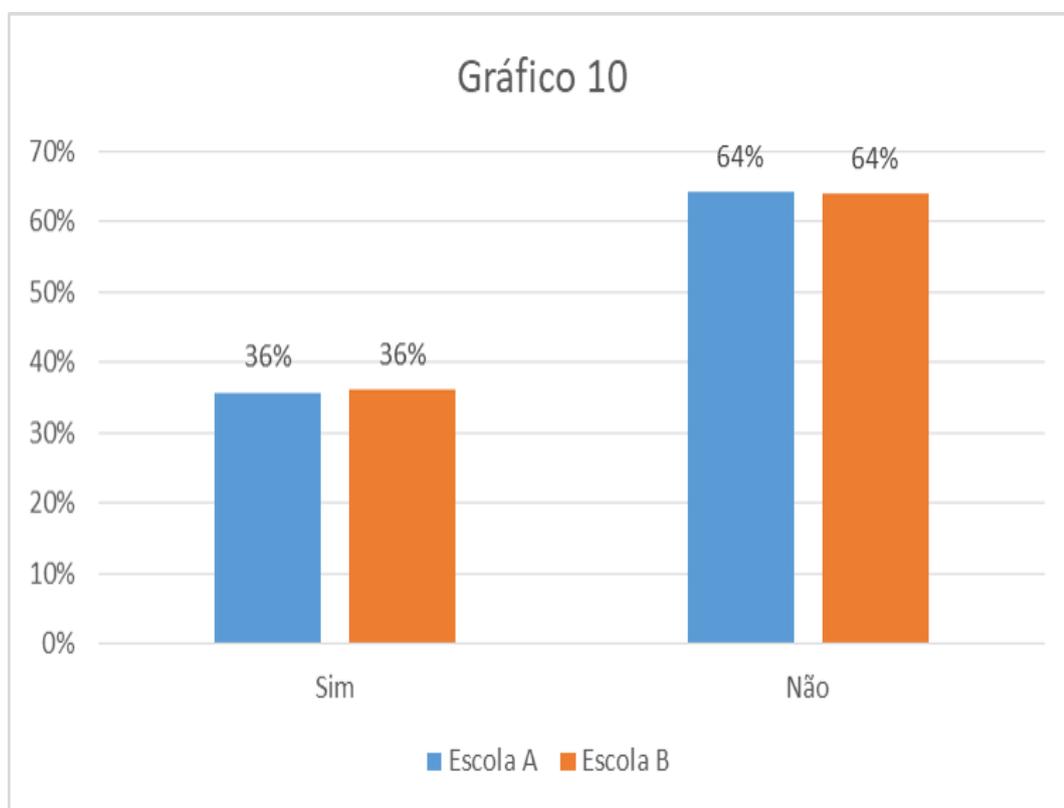


Gráfico 10- Percentual das respostas à pergunta: No contexto pandêmico causado pela COVID-19, você saberia relacionar consequências negativas que você e familiares estão sofrendo ao Racismo ambiental?

Na análise dos resultados obtidos fica claro a falta da abordagem dos assuntos Racismo Ambiental e Territorialidade, principalmente quando associado a atividades relacionadas a Educação Ambiental nas escolas analisadas. Diante da análise dos gráficos acima, identifica-se a falta da percepção crítica por parte dos alunos acerca das consequências negativas

ocasionadas pelo o contexto pandêmico com os temas Racismo Ambiental e Territorialidade, referente ao descaso dos poderes públicos relacionados as questões sanitárias de assentamentos precários, favelas e tantas áreas que ocupam comunidades tradicionais que reforçam sobre os problemas estruturais de saúde e de injustiças ambientais acometidos para pobres e pessoas de cor, como reforça MBEMBE (2018), “ a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.”.

3.4.2- A oficina e seus resultados

Com descrito anteriormente, a análise da pesquisa se deu inicialmente a partir do preenchimento do formulário digital para a compreensão do nível de aproximação dos alunos acerca das temáticas Racismo ambiental e territorialidade. Através da análise quantitativa, foi possível a constatação de que os temas trabalhados não eram conhecidos pelas turmas pesquisadas e não conseguiam associar tais temas às atividades relacionadas a EA.

A ausência de um olhar crítico acerca das desigualdades que acometem as populações socialmente vulnerabilizadas, leva à crença de que ações de direitos que são violados pelo poder político são normais, e nada tem relação com questões étnicos-raciais. Devido à falta de informação pela ausência de tais debates em sala de aula e em espaços formais ou informais de ensino-aprendizagem, o discurso meritocrático ganha força e se reproduz.

O preenchimento dos questionários foi fundamental para a compreensão de como os estudantes se enxergavam, pensavam e se sentiam sobre o assunto, afinal a proposta principal das oficinas eram provocá-los a desilencenciar as suas vozes e levá-los a encarar o contexto social vivido de uma maneira mais responsável e atuante.

Já tendo coletado o material para elaborar o segundo momento da pesquisa, foi construído o projeto interventivo tendo como eixo central “*Racismo Ambiental e territorialidade: A luta pela terra e pela cidadania.*” A proposta da

oficina interventiva dialoga com a metodologia de pesquisa-ação, visto que a intenção era abarcar temas relativos ao Racismo ambiental e territorialidade com a percepção da realidade vivida no contexto dos alunos que participaram da proposta, respeitando as peculiaridades do universo do jovem e do adulto buscando trabalhar elementos presentes em sua realidade.

Inicialmente, busquei criar vínculos afetivos a partir dos relatos da minha vida quanto a minha historicidade como ex-aluna da rede estadual de ensino da década de 90, e os desafios enfrentados por todos aqueles que necessitam do ensino público para concluir a sua trajetória escolar já vividos na minha época de estudante e que perdura até os dias atuais. Partindo deste primeiro diálogo, uma aproximação muito intensa ocorreu pois, ao me apresentar como pesquisadora e mestranda, os alunos estabeleceram um receio, supostamente pré-estabelecido pelo processo hierárquico que se forma no ambiente escolar de que o professor é o detentor do saber e precisa ocupar uma posição de superior no processo de ensino aprendizagem. Segundo Bell Hooks:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for empregado um modelo holístico de aprendizado, será também um local de crescimento do professor, que será fortalecido e capacitado por este processo (...) Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira de maneira potencialmente coercitiva. (BELL HOOKS, 2013, p.35)

Com um olhar mais acolhedor e a criação de um ambiente emocionalmente mais favorável, senti que já era o momento de explicar referente ao meu engajamento com a temática proposta, sugerindo o planejamento de como se daria o andamento das oficinas. Vale ressaltar que, em decorrência da limitação temporal que naturalmente uma pesquisa de mestrado nos impõe e com o agravante do contexto pandêmico iniciado no exato mês de início das aulas do programa, as ações e experiências pedagógicas se deram com limitações que

impossibilitaram diversas dinâmicas pensadas para concluir as atividades estabelecidas na proposta inicial da presente pesquisa.

Para motivar os alunos que chegavam sonolentos na sala de aula e muito cansados por acordar muito cedo nas turmas matutinas da Escola A, ou no caso da turma do turno noturno da Escola B, foram utilizados elementos como musicalidade, memória, oralidade nas metodologias para que as dinâmicas se tornassem mais interativas e agradáveis. Foram incorporadas nas dinâmicas, atividades de sensopercepção que despertam a afetividade a partir do sensorial que, segundo Oliveira e Vargas (2009), tem o intuito de aproximar o ser humano da natureza com o enfoque da percepção ambiental onde, reforçado por Alves (1995), utiliza-se da expressão corporal e atividades sensoriais.

No processo da pesquisa foi observado, em várias falas, a dificuldade dos sujeitos da pesquisa em atribuir a si um pertencimento étnico-racial, o que se justifica pelas questões históricas, culturais, sociais e políticas das quais estamos tratando em todo o corpo do presente escrito. Importante frisar que alguns discursos que surgiram no decorrer da oficina foram transcritos, alguns trechos de narrativas como importante material reflexivo e crítico. O papel principal da oficina não seria avaliar o certo ou o errado quanto aos conceitos, mas sim elucidar e discutir aspectos conceituais de racismo ambiental e territorialidade correlacionando com os conceitos de racismo, preconceito, discriminação e injustiças sociais. No decorrer das oficinas foi constatado que os conceitos eram muito confundidos por eles, ou não possuíam nenhum tipo de noção acerca das temáticas abordadas.

As oficinas foram planejadas como o descrito no quadro a seguir:

Quadro 2- Descrição das atividades - Oficinas

ENCONTROS	EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO
1 ENCONTRO	Dia 14 de Maio de 1888 e o Racismo brasileiro.	Compreensão acerca da historicidade do Racismo Brasileiro e a sua relação com a Lei Áurea e as contradições sobre a Abolição da escravatura.
2 ENCONTRO	Racismo ambiental, Territorialidade e NÓS.	Correlacionar o contexto vivido, percebido e sentido com Racismo Ambiental e territorialidade. Compreender a razão da Injustiça ambiental possuir especificamente o Racismo ambiental como uma das suas vertentes.
3 ENCONTRO	(Re)Conhecendo palavras e compreendendo os conceitos.	Conhecer conceitos que se destacam nas discussões da atualidade relacionado a problemas socioambientais, ao Racismo ambiental e a desterritorialização.
4 ENCONTRO	Houve mudanças discursivas?	Evidenciar a compreensão acerca dos temas Racismo ambiental e Territorialidade após a oficina de Educação ambiental com a perspectiva crítica.

3.4.3- Oficinas na prática.

Oficina 1: Eixo temático- Dia 14 de Maio de 1888 e o Racismo brasileiro.

A primeira atividade proposta foi com o um vídeo do quilombola Lazzo Matumbi² interpretando a música 14 DE MAIO no Plenário, devido a homenagens e reverências à personalidades que se destacaram na proteção e promoção da cultura afro-brasileira em 2016 proporcionadas pelo senado federal.

Como um ato de reivindicação aos direitos violados do povo negro a partir do dia seguinte da abolição da escravatura, que se deu no dia 13 de Maio de 1988, o quilombola traz na força da sua voz e na letra da sua composição todo o sentimento de luta constante contra o descaso e abandono por parte das políticas públicas, e dos desafios enfrentados pelos negros para conseguirem se encaixar na sociedade em um espaço que, até o presente momento é dolorido e difícil de ser conquistado pelo preconceito e pela discriminação racial que persiste ainda na atualidade.

Essa voz ecoava firme sob o olhar atento dos presentes no plenário em total silêncio. Durante a passagem do vídeo, era perceptível o olhar atento dos alunos, e o silêncio também permitiu que a letra da canção abrisse a possibilitasse de ruptura a muitos paradigmas construídos no decorrer de anos dentro do contexto escolar acerca do assunto Abolição da escravatura que tinha como objetivo enaltecer para a sociedade uma data que para os negros ainda se tratou de muito sofrimento, humilhação e exclusão social.

²LAZZO MATUMBI, nome artístico para Lázaro Jerônimo Ferreira, nascido em Salvador no dia 24 de março de 1957, é um cantor, compositor e também ativista, sendo presença marcante na música negra baiana. É considerado um dos criadores do samba-reggae, trouxe sucessos com letras que questionavam o preconceito, preconceito e o apartheid. Em 2016 recebeu a Comenda Senador Abdias pelo Senado Federal do Brasil, em reconhecimento como personalidade brasileira de destaque na defesa da cultura negra no país. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lazzo_Matumbi

Letra da música- 14 de Maio**Compositor-Lazzo Matumbi**

*No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, eu subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci*

*Zanzei zonzo em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer*

*Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver*

*No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder*

*Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu*

*Será que deu pra entender a mensagem?
Se ligue no Ilê Aiyê
Se ligue no Ilê Aiyê
Agora que você me vê*

*Repare como é belo
Éh, nosso povo lindo
Repare que é o maior prazer
Bom pra mim, bom pra você
Estou de olho aberto
Olha moço, fique esperto
Que eu não sou menino*



Figura 4 - Cantor e quilombola Lazzo Matumbi no Senado Federal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjORYYovN9iY>

Após assistirem o vídeo e escutarem a letra da canção, os alunos estavam tocados pela emoção que foi transmitida, e assim iniciamos uma discussão acerca do que eles haviam compreendido sobre a letra. Porém, alguns deles não conseguiram entender o motivo da letra da música ser 14 de maio ao invés de 13 de maio, que foi a data em que a Lei Áurea foi efetivada. Analisando tal questionamento, percebe-se que a percepção crítica não estimulada impede um olhar mais amplo acerca das interpretações e limita muitas possibilidades de reflexões e atitudes. Mediante a pergunta, discutimos que, apesar da Lei Áurea ser instituída, ela não desestruturou o Brasil enquanto desigualdade social e racial, fazendo assim o dia seguinte e todos os outros dias posteriores ao dia 13 de maio de 1888 para os sujeitos escravizados até o século XIX, dias muito difíceis pós a libertação. Sobre o papel do negro após a abolição na sociedade brasileira:

A maioria dos negros e mestiços foi mantida nos segmentos desfavorecidos da população, não só pela precariedade das oportunidades oferecidas para a sua educação e aprimoramento profissional, como também pelas preferências por pessoas de pele mais clara para ocupar os melhores cargos no mercado de trabalho. (SOUZA, 2005, p. 142-143)

Após o diálogo proporcionado a partir do questionamentos acerca do nome da música, eles foram questionados quanto aos sentimentos que foram aflorados ao ouvir a música e assistir o contexto e a emoção em que ela foi interpretada pelo Lazzo Matumbi. Das palavras citadas, duas se destacaram: “tristeza” e “dor”. Alguns poucos alunos mencionaram as palavras “resistência” e “luta”.

Partindo para uma análise deste primeiro momento, com base nas narrativas dos motivos que fizeram tais sentimentos serem tão comuns entre a maioria, pude constatar que o sentimento de tristeza e dor se destacou para aqueles que demonstraram se sentirem impotentes perante a uma situação que se tornou tão comum culturalmente, e mostraram se sentir impotentes na articulação de estratégias e possibilidades de lutar contra a discriminação racial imposta socialmente, se colocando numa condição de incapacidade ante à modificação desse cenário, se atrelando a certa expressão de contentamento.

Já os discursos dos alunos que sentiram um desejo de lutar e resistir, apesar de demonstrarem que também não tinham às estratégias tão bem definidas em mente para lidar com essa realidade, se destacava por sentir no seu íntimo de maneira instintiva que, de alguma maneira, eles poderiam atuar e mudar a realidade atual quanto a discriminação social. Após as falas, fomos correlacionando situações vividas atualmente pelos próprios alunos ou familiares, e, partindo das experiências, a compreensão foi se tornando geral de que a escravidão, apesar de abolida na sociedade e sistema capitalista vigente, a força de trabalho ainda se estabelece na população de baixa renda que se submete a trabalhos que não possibilita uma qualidade de vida adequada tão pouco condições de trabalhos e salários satisfatórios para os sujeitos que moram nas favelas e periferias e outras comunidades que sofrem diversos tipos de injustiças socioambientais.

Oficina 2: Eixo temático- Racismo ambiental, Territorialidade e NÓS.

No segundo encontro com as turmas, foram expostas imagens retiradas da internet que representavam situações de racismo ambiental e desterritorialização. Durante a exposição, solicitei aos alunos que analisassem a

imagem e afirmassem ou negassem se eles reconheciam semelhança com o contexto vivido por eles na região em que moram ou na região em que a escola em que estudam está situada com alguma ou algumas situações demonstradas.

Das dez fotos expostas, todas foram correlacionadas com o contexto vivido pelos alunos. Quando não para todos, algumas das fotos ao menos 5 alunos de cada turma se pronunciavam de que aquela situação era familiar para a sua realidade.

A partir de tais identificações, fica evidente a relevância de trabalhar os temas Racismo ambiental e territorialidade nas escolas, visto que são situações vividas cotidianamente por eles, que não conseguem ter a compreensão conceitual do que se é vivido, tampouco a iniciativa de ação para transformar aquela realidade. Infelizmente por questões de tempo reduzido devido às adversidades ocorridas pela chegada da pandemia, não pude solicitar registros dos próprios alunos para que discutíssemos a partir destes, porém nas narrativas e comparações com as fotografias demonstradas, foram discutidas às questões políticas que estão imbricadas nos fatos destacados.

Trouxe também um diálogo relevante para discussões acerca das temáticas em questão que é o conceito de “bem comum”, que se faz presente na constituição Federal que, segundo Loureiro:

Este é um conceito que possui uma dupla dimensão: é um objetivo, qual seja, garantir a todos e a todas as condições coletivas para a realização pessoal; e é um meio de acesso igualitário a bens e direitos para o cumprimento de tal finalidade. No caso do ambiente enquanto bem comum, significa dizer que é um pressuposto constitucional que a natureza só pode ser apropriada para fins de interesse de realização justa de cada um e da coletividade. (LOUREIRO, 2012, p. 41)

A partir da leitura do Art.225³ que cita, dentre outros pontos, o direito de todos quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, dentre outras questões, montamos juntos um quadro comparativo com exemplos citados pelos alunos de situações cotidianas de violações de direito sofridas pela população que moram em favelas ou periferias e analisamos em conjunto se o mesmo ocorre nos bairros nobres de Salvador.

Quadro 3- Planejamento da atividade da Oficina 2

SITUAÇÃO PROBLEMA	BAIRROS PERIFÉRICOS/ FAVELAS	BAIRROS NOBRES
Falta de água potável.	Constantemente, muitas vezes semanalmente. (Uma ou duas vezes na semana.)	Acontece raramente quando ocorre alguma intervenção mais generalizada para serviços da embasa.
Coleta de lixo.	Não tem horários definidos para a coleta e em alguns dias os caminhões não passam pela região acumulando lixos de dias seguidos.	Caminhões tem horários definidos, por vezes passando para recolher os lixos mais de uma vez ao dia.
Desmoronamentos por fortes chuvas.	Acontecem em morros e favelas elas regiões onde estão situadas e pela estrutura inadequada das residências.	Não ocorrem nas residências locais.
Rede de esgoto	Expostas à comunidade comprometendo a saúde da população.	Devidamente direcionada e com manutenções adequadas para evitar transtornos à população local.



Figura 5- Exposição das imagens elucidadas em uma das turmas pesquisadas que sobre Racismo ambiental e desterritorialização. Imagem autoral.

Após a elaboração do quadro comparativo com as situações problemas mencionadas por mim e as análises feitas pelos alunos, chegamos à conclusão que o “bem comum” mencionado no Art. 225 da constituição Federal não se faz efetivo na realidade. Eles compreenderam, enfim, a razão pela qual a Injustiça ambiental tenha uma vertente em evidência e que merece a devida atenção por ser consequência de atos racistas, recebendo o nome de Racismo ambiental.

³Art 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

Oficina 3: Eixo temático- (Re)Conhecendo palavras e compreendendo os conceitos.

No terceiro encontro com as turmas, foram disponibilizadas algumas palavras que possuem peso quando tratamos das temáticas Racismo ambiental e Territorialidade. O intuito foi apresentá-las para aqueles que não as reconheciam, explicar acerca do conceito de cada uma delas e associá-las com o com o contexto vivido. Os alunos se mostraram muito empolgados com tal dinâmica pois, na concepção deles, era uma forma de enriquecerem o vocabulário e utilizar na redação do ENEM. A ansiedade era grande, e tão logo prepararam a caneta e o papel para as anotações quanto aos significados. Pedi que não anotassem naquele momento, que primeiro entendessem as articulações daqueles conceitos com a vida deles. Apesar do pedido, muitos pediram para gravar, outros tiraram fotos do quadro que montamos com o interesse incessante em decorar aquelas novas palavras para aplicarem nas provas de seleção do vestibular.

Este comentário reforça o quanto os alunos estão condicionados a se prepararem muito mais para as avaliações do modelo educacional vigente do que para às questões que envolvem a coletividade, a sua relação social e ambiental. Romper estes paradigmas em sala de aula se torna um desafio, visto que a escola tem como objetivo atual servir de preparatório dos sujeitos para estarem aptos a ingressarem no mercado de trabalho e, para tanto, educadores que trazem uma nova proposta de ensino por vezes não conseguem obter o êxito ao trazer questões mais reflexivas e contextualizadas quando a gestão não traça estes objetivos como pressupostos. Segundo Freire:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior que a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas

de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade?
(FREIRE, 1996,p.30).

Quanto a dinâmica da oficina, as 14 (quatorze) palavras conceitos apresentadas estão relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 4- Palavras conceitos apresentadas para a dinâmica da oficina 3

01. SUSTENTABILIDADE	08. COLONIALISMO
02. SEGREGAÇÃO ESPACIAL	09. SOBERANIA
03. MERITOCRACIA	10. COLETIVIDADE
04. JUSTIÇA AMBIENTAL	11. HEGEMONIA
05. NECROPOLÍTICA	12. EMANCIPAÇÃO
06. IMATERIALIDADE	13. GENOCÍDIO
07. ANCESTRALIDADE	14. TECNOLOGIAS SOCIAIS

Na lousa, elaborei um quadro com colunas que consideravam às seguintes possibilidades em relação ao alunos conhecerem o conceito das palavras demonstradas:

- “Sei o que significa”
- “Não sei o que significa”
- “Sei o que significa mas não sei relacionar ao tema Racismo ambiental”



Figura 6- Quadro para preenchimento com as palavras com participação dos alunos. Imagem autoral.



Figura 7 - Aluna de uma das turmas pesquisadas participando da dinâmica colocando uma das palavras trabalhadas no quadro montado para o desenvolvimento da atividade. Imagem autoral.

Durante a dinâmica, de todas as palavras, as que os alunos quase que por unanimidade conheciam e que sabiam sobre o conceito foram: SUSTENTABILIDADE e GENOCÍDIO. No entanto, quanto ao conceito de Sustentabilidade, tivemos um debate ainda mais profundo sobre como este conceito foi trabalhado de maneira equivocada nas escolas, mídia e propostas empresariais, e que não vem sendo executada de forma a melhorar os problemas ambientais das quais tanto foram divulgadas na sua proposta. Detalhamos que a ideia de desenvolvimento sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência da sociedade e espécies de fauna e flora não se encaixa com o desenvolver tendo como engrenagens fundamentais para funcionar este sistema o consumo desenfreado, a alta produção e a marginalização das comunidades tradicionais.

Trazendo a discussão acerca da definição de Sustentabilidade, Loureiro (2012) cita que:

Sem dúvida, o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador. Faz-nos pensar sobre múltiplas dimensões e relações (...) Contudo, a aceitação da qualificação sustentável não é o problema maior ou nem mesmo deve ser visto como problema pelo menos entre os que compartilham preocupações de cunho ambiental, mas sim como realizar a sustentabilidade e qual a finalidade dela. (2012, p.58)

Ainda sobre o conceito, houve muitas narrativas e discussões quanto ao modo de vida de cada um deles e como pensavam agir de forma mais positiva na sua relação com o meio ambiente. Mas uma das alunas trouxe uma fala que retrata a postura da maioria dos alunos pesquisados. Ela perguntou:

“Eu sempre me preocupei com o meio ambiente, por que a minha família é de interior e eu cresci indo nas férias ficar no mato e gosto de animais. Sempre que compro produtos para mim, como hidratantes, maquiagens, gosto de comprar refil para não fazer muito lixo com as vasilhas plásticas. Falo com a minha mãe e a minha irmã que compre da mesma maneira e assim a minha família já está ajudando a natureza.” (Aluna da escola A)

Partindo da pergunta, eu a levei a pensar sobre qual o motivo de três mulheres que vivem na mesma casa precisarem que cada uma delas comprem hidratantes, maquiagens e outros itens de beleza individualmente e explicitiei que se todas utilizassem do mesmo produto, o quanto iriam ajudar muito mais e produzir menos lixos. Sem contar que a coletividade se preserva principalmente dentro do núcleo familiar. Se a individualidade se encontra tão latente dentro de um mesmo lar, imagine fora dela na sua relação com o outro. Porém, salientei que infelizmente a culpa é da mídia e do sistema que nos fazem internalizar a ideia de consumir sem parar e cada vez mais. Então que eles repensassem a partir daquele exemplo e iniciassem este processo de desconstrução para se permitirem a experimentar novos conceitos acerca dos cuidados com o meio ambiente enquanto ser social sob nova perspectiva e a primeira delas é consumir cada vez menos para ter um planeta apto a nos permitir viver mais.

Quanto a palavra GENOCÍDIO, perguntei o motivo dela ser uma palavra tão conhecida por quase todos os alunos de todas as turmas pesquisadas. Descrevi abaixo algumas das respostas que achei relevante para a pesquisa:

“Eu sei por que temos um presidente que não liga para o povo e a decisões que ele toma parece que quer nos matar. Matar toda a população pobre.” (Aluno da escola B)

“Conheço por que vejo passar no jornal quando falam do presidente.” (Aluno da escola A)

“Conheci pelo Insta. As vezes falam notícias da morte de jovens negros na favela por policiais e assim eu vi esse nome aí e entendi que é quando fazem coisas para matar as pessoas que não tem condições.” (Aluna da escola B)

Diante das falas, anotei as três citadas acima por perceber que eles compreenderam tais palavras e associaram com a realidade vivida e que reforça o quanto a mídia e as redes sociais podem e devem contribuir no processo de acesso ao conhecimento, e não apenas servir como veículos de informação que reforçam a alienação dos sujeitos sociais, visto que são acessíveis para a maior parte da população, que hoje está totalmente condicionada a ter ao menos uma televisão e um celular, independente da condição financeira.

Dando continuidade à dinâmica, tivemos palavras que eles nunca ouviram falar e outras que ouviram mas não saberiam relacionar ao Racismo ambiental e Territorialidade. Partindo deste ponto, fui explicando os conceitos e articulando uns com os outros e às temáticas trabalhadas para que este conceito ganhasse significado na associação com o contexto vivido das injustiças ambientais que envolvem discriminações raciais e étnicas.

Oficina 4: Eixo temático: Houve mudanças discursivas?

No último encontro com cada uma das turmas, expliquei o quanto as temáticas ainda poderiam ser amplamente discutidas, pois são assuntos de

grande relevância e profundidade, desde uma análise mais crítica do panorama histórico de como se deu o processo de desenvolvimento do Brasil e todo o processo discriminatório que perdura até os dias de hoje.

Infelizmente diante de tantos contratempos determinados pelo contexto pandêmico, o aprofundamento de tais questões ficou comprometido. No entanto, os comuniquei que a gestão de ambas as escolas se interessou em montarmos um grupo de estudos pra debater tais assuntos e suas ligações com uma proposta de Educação Ambiental Crítica e assim teremos a oportunidade de trazer literaturas pertinentes às temáticas, estudos de casos e possibilidades de intervenção no contexto em que às escolas estão inseridas. Os alunos se mostraram interessados e empolgados com a iniciativa das escolas por terem gostado das dinâmicas e discussões vivenciadas no decorrer das oficinas.

Em seguida, pedi para que cada um deles preenchesse a uma questão sobre o que eles compreenderam acerca das temáticas após a oportunidade de participarem das atividades propostas e discussões. Foram selecionadas uma resposta de cada uma das cinco turmas pesquisadas e a seguir, serão demonstrada, porém sem identificação do aluno (a) para manter o sigilo da identidade conforme foi proposto em todas as etapas da presente pesquisa e perante o Comitê de ética.

Após a oficina de Educação Ambiental com o tema "RACISMO AMBIENTAL: A LUTA PELA TERRA E PELO DIREITO À CIDADANIA", qual a sua percepção atual sobre os temas Racismo ambiental e Territorialidade?

Não sabia da existência do tema "Racismo Ambiental", nem de como é importante todos saberem desse assunto e entender. Para mim é agora um tema de extrema importância e sem assunto sério. Que era de obrigação todos aprenderem pois foi com que a gente olha os olhos e adquiriu conhecimentos sobre e entenda o que acontece na nossa comunidade e entendo quem são os responsáveis de tanta desigualdade social. O racismo ambiental é um assunto que eu gostei bastante de aprender pois pegamos os olhos para o que nem entendemos o fato dos ricos ficar mais ricos e os pobres ficar mais pobres e como somos influenciados pela mídia e de como se não fossem pobres não teríamos de estar aqui e fora dos parlamentares isso é tudo, pois nem os pobres os humildes eles ficam sem a mão de Deus deles.

É o trabalho que a professora está fazendo para conscientizar as pessoas sobre esse assunto é uma iniciativa muito boa.

Figura 7- Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Após a oficina de Educação Ambiental com o tema "RACISMO AMBIENTAL: A LUTA PELA TERRA E PELO DIREITO À CIDADANIA", qual a sua percepção atual sobre os temas Racismo ambiental e Territorialidade?

Antes, eu ao menos conhecia o termo, pouco sabia sobre o tema e se por acaso me perguntassem eu não sabia responder. Mas agora eu sei mais e quanto o assunto é importante e que eu deveria estudar mais, tantas coisas acontecendo ao meu redor e eu nem ao menos havia notado que isso estava acontecendo e que não deveria acontecer. Os nossos direitos tem que ser respeitados e realizados mas, muitas vezes por falta de informação de alguns bairros de nosso bairro. O estado a nível de direito, assim, fazendo várias coisas boas e outras, a qualidade que existe no racismo ambiental é tão real quanto o ar que respiramos mas porque parece ser tão desconhecido? Abandoni que não pode ser assim e não estudar e não permitir que isto venha acontecer em mim e no meu futuro, não estudar e não permitir que isto aconteça, nossos direitos merecem ser exercidos e a injustiça abolida das nossas vidas.

Figura 8- Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

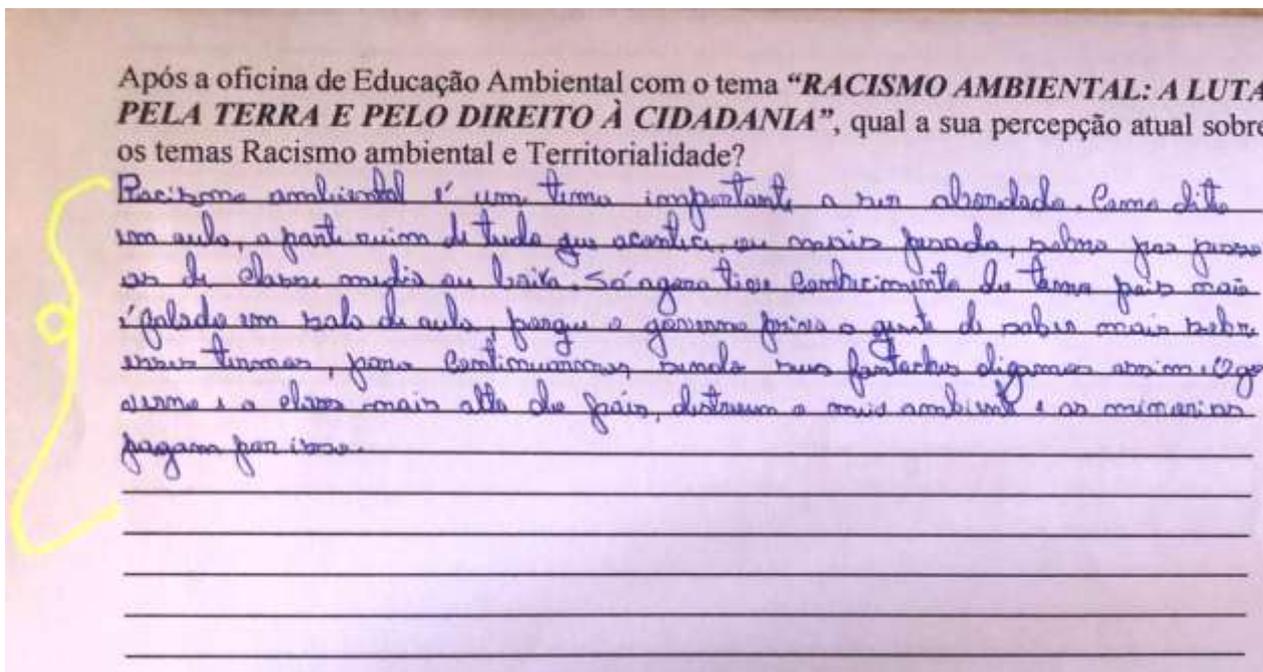


Figura 9- Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

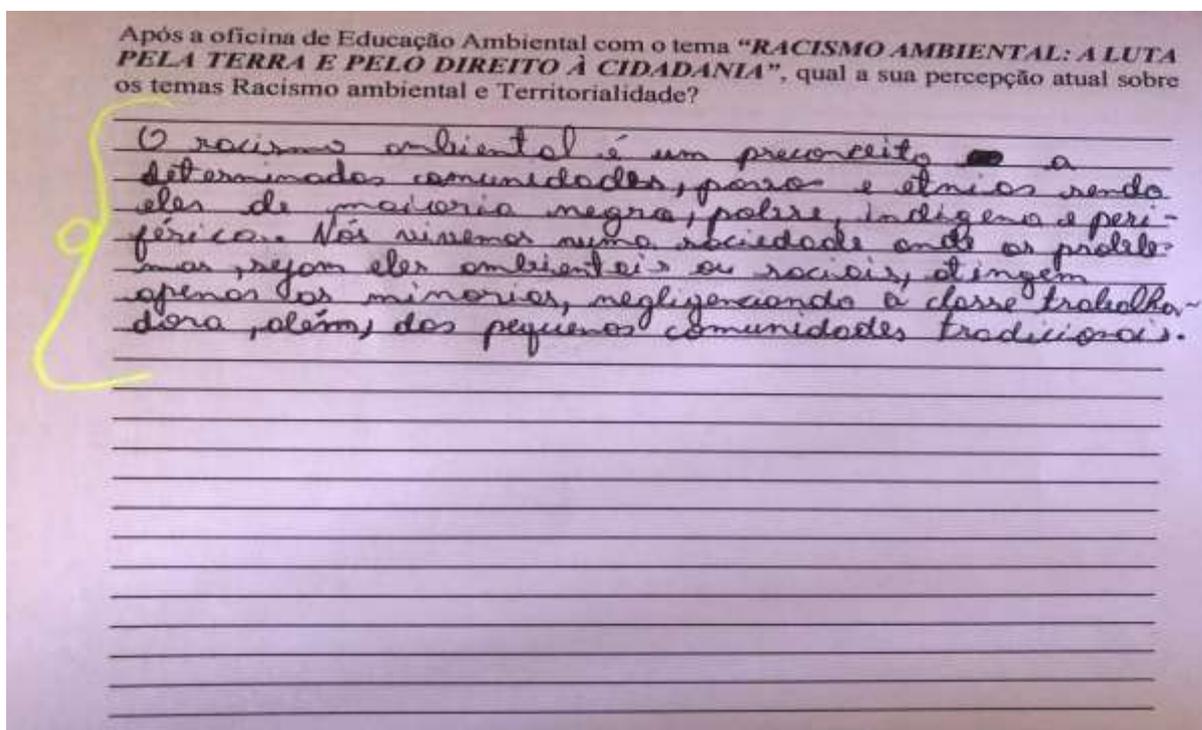


Figura 10- Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

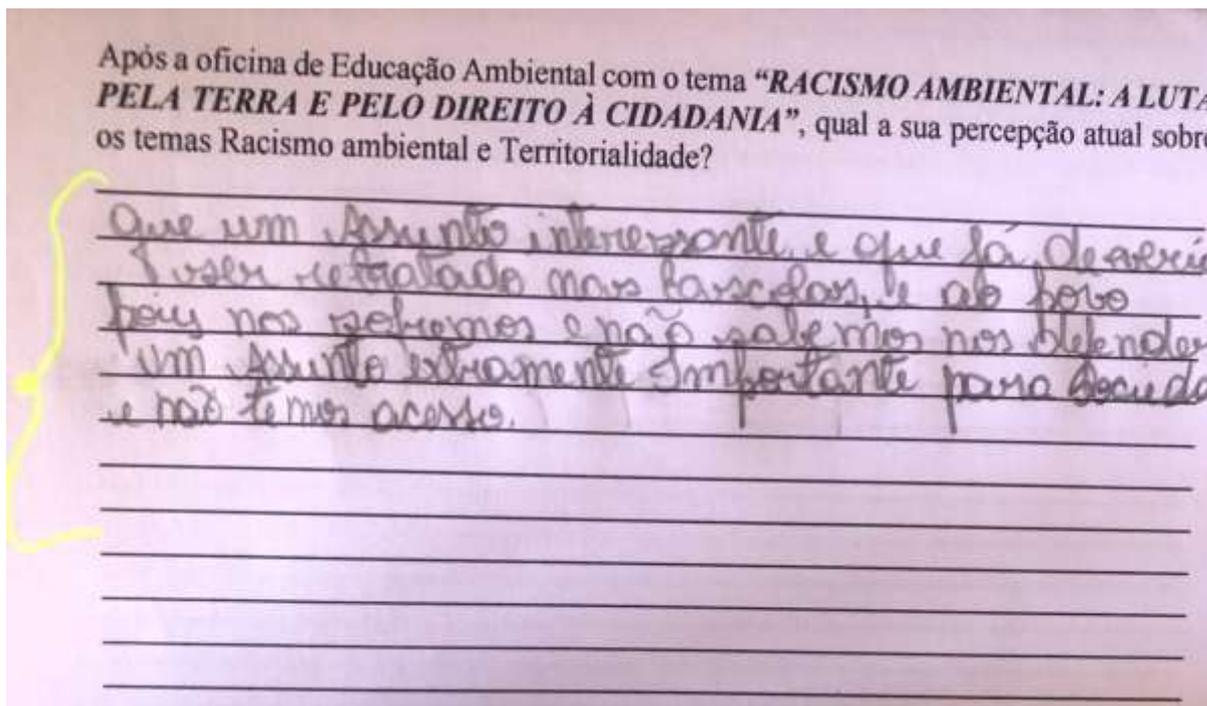


Figura 11- Uma das Respostas dos alunos pesquisados.

Considerando às respostas dos alunos no geral, pode constatar que, embora não tenha conseguido dispor de um tempo maior para trabalhar a oficina, o resultado foi muito satisfatório por evidenciar que a situação problema investigada na pesquisa de fato existe, Porém, com a prática das dinâmicas aplicadas, mostrou como um trabalho de EA crítica tem o potencial de reverter este quadro, e os alunos estarão aptos a aprofundarem nas temáticas abordadas a partir do nível de engajamento e capacitação adequada que o corpo docente dos espaços escolares da rede pública de ensino fazendo acontecer de fato o que está descrito nas políticas ambientais do contexto escolar.

A gestão escolar, por sua vez, precisa estar comprometida com a comunidade do entorno da escola para que trabalhem projetos interdisciplinares capazes de atuarem nas situações de vulnerabilidade e violações de direitos que possam ser identificados e transformados na coletividade e comprometimento com as pessoas que fazem parte daquele contexto.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante iniciar este capítulo esclarecendo que não seria adequado chamá-lo de considerações finais, pois aqui se aborda uma busca quanto ao pensar no ensino aprendizagem ambiental crítico em constante dinamismo quanto às suas concepções, para que acrescente nas análises práticas e teóricas acerca da Educação ambiental crítica e estarei nesta constante luta escrevendo e contribuindo para a sua prática transformadora.

Revido os meus primeiros passos nessa jornada, me reporto ao sentimento de inquietação em relação às metodologias utilizadas nas abordagens da educação ambiental nas escolas e falta de preparo e estímulo dos docentes em utilizar dessa ferramenta como uma prática transformadora. A minha atenção se volta para a importância de não desprezarmos a capacidade das nossas crianças, jovens e adultos quanto a conhecimentos que não precisam ser acessados apenas em especializações enquanto acadêmicos, mas reforçar que tais discussões deverão iniciar desde o ensino básico para promover atitudes embasadas na responsabilidade social que se é despertada dentro das escolas.

A minha inquietação exigiu mais de mim, porém as condições de vida e apoio familiar me possibilitaram ir em busca do saber, aquele que me foi tirado enquanto direito por todos os anos em que estudei nas escolas da rede pública de ensino entre o Fundamental II e Ensino Médio. Realidade essa que nem sempre consegue acontecer na vida de muitos adultos que, desestimulados, são engolidos por um sistema excludente, e mergulham num processo de contentamento enquanto sujeito social omissos e infelizes. É preciso que homens, mulheres, jovens e crianças nunca deixem de sonhar. É preciso que docentes acreditem que com ações educativas existe a possibilidade de existir uma sociedade de sonhos possíveis com alunos instrumentalizados e fortalecidos em busca de alternativas eficazes para a promoção da vida e da justiça. Segundo Saviani (2005):

A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e respeitem-se na sua individualidade específica. (p.7-8)

As práticas da Educação Ambiental desvinculadas da cotidianidade de assuntos pertinentes às injustiças Ambientais, como Racismo Ambiental e Territorialidade, e tantos outros problemas sociais dentro do contexto escolar, impossibilita a capacidade de identificar fatos sociais relevantes em problemas associados ao Racismo Ambiental e Territorialidade, limita a ampliação da criticidade que permite a escolha de caminhos que possam contribuir significativamente na construção de uma sociedade pautada no respeito às diferenças e aos direitos de todos os sujeitos sociais para ser consolidado um novo perfil de sociedade.

As concepções acerca das práticas da Educação Ambiental nas escolas desenvolvidas sem a perspectiva crítica não aproveitam as potencialidades que a Educação Ambiental possui em trabalhar fatores histórico-sociais, geralmente oferecidos pelas ciências humanas. Essa fragmentação histórica do saber foi institucionalizada e a ideologia do conhecimento especializado se enraizou a partir dos racionalistas cartesianos que prezavam por manter uma sociedade eurocêntrica baseada em um sistema educacional colonialista enquanto a práticas, conteúdos e metodologias de ensino.

Após a realização das oficinas, que consolidaram uma atividade com processo interventivo, trago a constatação de que houve mudança nos discursos dos sujeitos da pesquisa e a relevância desse trabalho para entender que a EA crítica é potencialmente capaz de transformar o contexto socioambiental se aplicada de maneira adequada e com comprometimento mediante a sua proposta. Para promover a mudança em práticas discursivas é importante que aconteça uma intervenção consciente pautada na criticidade, principalmente se estes discursos forem produzidos dentro do espaço formal de ensino-aprendizagem. Ainda se torna muito visível dentro do ambiente escolar algo que

precisa ser combatido enquanto ser social, que é a assimetria de poder entre às pessoas, e fica evidente que existem diversas maneiras de domínios institucionais (FAIRCLOUGH, 2001, p.129) que precisam ser imediatamente desconstruídas a partir das relações professor-aluno dentro da sala de aula.

O presente trabalho se materializou dentro de um processo investigativo, que teve como proposta levantar mudanças nas práticas discursivas e reforçar que este processo deve ser contínuo, sendo a EA crítica uma valiosa instrumentalização para promover uma mudança social e cultural mais abrangente. Os fundamentos que embasam a EA Crítica procuram estimular o exercício crítico a frente de problemas socioambientais e assim rompendo olhares e discursos ingênuos promovendo assim mudanças que influenciam na construção da dinâmica de identidades que estão em constante movimento e precisam ter ações mais efetivas por representantes sociais atuantes e participativos.

Conforme foi demonstrado, de maneira geral os sujeitos que participaram da pesquisa reconhecem a importância em estudar as temáticas Racismo ambiental e territorialidade, comprovando assim a pertinência da questão na quebra deste silenciamento dentro do ambiente escolar. Foi demonstrado também que, apesar de a escola ser uma via fundamental para discutir tais temáticas e tantas outras que envolvem questões étnicas-raciais, isso acontece de maneira muito superficial e baseada numa visão mais conservadora e hegemônica. A oficina não teve como objetivo avaliar os estudantes como certos ou errados, apenas visou promover o diálogo para possibilitar os elementos ideológicos e de poder para a partir do conhecer ser possível transformar.

Com o interesse das escolas em criar grupos de estudos para discussões sobre os temas no decorrer do ano letivo, pode-se afirmar que a pesquisa-ação não chegou ao fim pois, os problemas foram destacados e discutidos, porém não resolvidos.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”.

Paulo Freire

5- REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**, Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2009. 160 p. ISBN: 9788576171591

ALVES, Denise. **Sensopercepção em ações de Educação Ambiental**. Brasília, INEP, 1995. Racismo. Brasília, DF: ABPN, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSMANN, S., & CECCON, S. **O que fazem as escolas que dizem fazer educação ambiental? Perfil dos professores nas escolas de ensino básico de dourados-ms**. *Enciclopédia biosfera*, 2015, 11(20).

ARROYO, Miguel . **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010 1403 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV. (2003).

BAUMAN, ZIGMUNT. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.1999

BORDIEU, PIERRE. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARNEIRO, SUELI. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011, p. 15.

CLASTRES, PIERRE. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FAUSTINO, Cristiane. **A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa**. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean 446 Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015 Pierre (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

FERREIRA, L.F.; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; MUNANGA, K.; Sylvia Dantas OLIVEIRA, A.C. **Kabengele Munanga, um intérprete africano do Brasil**. 2016.

FERREIRA, Joelson. ; FELÍCIO, Erahsto. **Por Terra e Território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil**. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 213p.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4ª ed. (1ª edición: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GOMES, NILMA LINO. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras. V. 12, N. 1, pp. 98-109, jan/abr, 2012.

GUIMARÃES, MAURO. **Educação ambiental: participação para além dos muros da escola**. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em**

educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERCULANO, S. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.** v.3, n.1, p. 1-20, 2008.

HOOKS, BELL. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020

HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

JACOBI, PEDRO. **Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios-** In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, vol. 31/2- maio-agosto 2005.

LAYRARGUES, P.P. **Para onde vai a educação ambiental? O cenário políticoideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica.** Rev. Contemporânea de Educação. v. 7, n. 14, pp. 398-421. ago.- dez. 2012.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. **As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira.** *Ambiente & Sociedade.* São Paulo, v. 17, n. 1, jan/mar, p. 23-40. 2014. _____. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Ribeirão Preto, USP, 2011.

LEFEBVRE, Henri, **A vida cotidiana no mundo moderno,** São Paulo, Ed. Ática,1980.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental, v. 32, n.2, p. 159-176, jul./dez. 2015.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. Coleção questões da nossa época, v.39. São Paulo: Cortez, 2012. 128p.

_____. **Educação ambiental e “teorias críticas”**. In: GUIMARÃES, M. (org.) Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. Campinas, SP: Papyrus, 2006. p. 51-86.

_____. **Educação ambiental transformadora**. In: LAYRARGUES, P.P. (coord). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

_____. **Trajétoria e Fundamentos da Educação Ambiental**. 1 a ed. São Paulo: Cortez. 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan/abr, 2013.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; NETO, J. G. da S. **Indivíduo social e formação humana: fundamentos ontológicos de uma educação ambiental crítica**. Ambiente e Educação - Revista de Educ. Ambiental, Vol. 21, n.1, 2016.

LOUREIRO, C. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. **Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, V. 33, edição especial, 2016. pp. 68-82.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. Ed. Brasília: Documentação Ambiental e Editoração Esplanada dos Ministérios, 2005

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

OLIVEIRA, Thaisa Lemos de Freitas; VARGAS, Icléia Albuquerque de Vargas. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 22, jan-jul. de 2009. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art22v22.pdf> > .

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental, Fortaleza: (mimeo), 2006

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. Ed, 102p. - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

QUINTELLA, H. M. **Manual de Psicologia organizacional da consultoria vencedora**. São Paulo: Makron Books, 1994

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2a ed. – São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, n. 41, 1995, (Questões da Nossa Época).

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 35. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. **Marxismo e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005a.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005b.

SANTOS, C. S. **Ensino de Ciências: Abordagem Histórico-Crítica**. Campinas – SP: Armazém do Ipê, Autores Associados. 2005

SANTOS, RENATO EMERSON. **O Movimento Negro Brasileiro e sua Luta Anti-Racismo: por uma Perspectiva Descolonial**. Yuyaykusun, 6, URP, Lima, Perú, 2013. _____. Sobre Espacialidades das Relações Raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões Urba*

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Adélia A. de;

SCHWARCZ, LILIA MORITZ; SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, ANA CÉLIA. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático in Superando o Racismo na escola**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA LAYS HELENA PAES. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**, E-Cadernos Ces, v. 17, 2012, pp. 85–111.

SILVEIRA, MARIA LAURA (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, p.15-20. 1996

SOUZA, MARCELO LOPES. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia: conceitos e temas* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

STEPAN, NANCY. **“A hora da eugenia”**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2005.

SKIDOMORE, THOMAS. **“Preto no branco raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)”** Rio de Janeiro: Editora Cia das Letras 1994; pp 207

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teórica**. In: LOUREIRO, C.F.B et al. (Orgs). A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 177-222.

THIOLLENT, MICHEL. Prefácio. In: DIONNE, H. **A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução de Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.

TREIN, E. S. **Educação ambiental crítica: crítica de quê?** Revista Contemporânea de Educação. v. 7, n. 14, ago.-dez. 2012.

ULIANA, MM.R. **Formação de professores de matemática, física e química na perspectiva da inclusão de estudantes com deficiência visual: análise de uma intervenção realizada em Rondônia**. Cuiabá: UFMT, 2015.

VEIGA, ILMA PASSOS. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

6- APÊNDICES

I- Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Racismo Ambiental e Territorialidade: Elementos para uma Educação Ambiental contra hegemônica nas escolas.

Pesquisador: Joice Andrade

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44861621.3.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.649.949

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.649.949

Recomendações:

Anexar o TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto destaca-se como uma pesquisa de opinião. Não há, no questionário ou no método aplicado, riscos para os participantes da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado concorda com o relator de que o projeto destaca-se como uma pesquisa de opinião, dispensando, desta forma, a submissão ao Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1692582.pdf	16/03/2021 19:39:34		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1692582.pdf	16/03/2021 19:38:44		Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	16/03/2021 17:53:21	Joice Andrade	Aceito
Outros	Questionario.pdf	16/03/2021 17:51:05	Joice Andrade	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	16/03/2021 17:50:24	Joice Andrade	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	16/03/2021 17:46:59	Joice Andrade	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	16/03/2021 17:44:52	Joice Andrade	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	16/03/2021 17:43:58	Joice Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO.pdf	22/01/2021 20:56:10	Joice Andrade	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

II. Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARA MENOR DE IDADE

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa que tem como título **RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: Elementos para uma Educação Ambiental contra hegemônica nas escolas**. A pesquisa em questão será desenvolvida no Colégio Estadual _____, que a mestranda Joice Pereira Andrade Teixeira está realizando sob a orientação da Prof. Dra. Laila Mourad, fazendo parte do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Caso você aceite participar:

- a) Iremos conversar durante um período aproximado de 40 minutos através de uma sala virtual com os seus colegas de classe da sua escola, onde não precisará aparecer a sua imagem e você estará sendo convidado a responder um questionário;
- b) Você irá receber o questionário através de um link enviado para seu e-mail, com autorização prévia, com um formulário digital e vai ficar livre para decidir se quer responder ou não a este questionário, sem que isto cause qualquer problema para você, pois esta atividade não é obrigatória;
- c) Caso não queira responder a alguma pergunta, pode não responde-la sem problema algum;
- d) Para participar desta pesquisa, seus pais/responsáveis não pagarão nada;
- e) Caso sinta vergonha em responder alguma pergunta, ou caso se sinta mal por isto, estaremos à disposição para ajuda-lo(a);
- f) Você não precisa colocar seu nome;
- g) As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e como não haverá necessidade da identificação, não haverá chance de você ser identificado.

Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.

Esta pesquisa apresenta benefícios para você e sua família como forma de conhecimentos sobre a Educação Ambiental e Racismo Ambiental.

Esta pesquisa implica em risco mínimo para você, uma vez que ela se propõe em coletar apenas suas percepções e preferências quanto às questões Sociais e Ambientais mas se ainda assim você não se sinta à vontade em responder a esta pesquisa, poderá deixar de respondê-la sem que isso implique em qualquer prejuízo para você.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará comigo e a outra com você.

Caso tenha alguma dúvida você pode me perguntar quantas vezes for necessário e os meus dados estão logo abaixo:

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por telefone ou pelo endereço:

Joice Pereira Andrade Teixeira – Telefone: (71) 99974-3208

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Planejamento no Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) - Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituçu, Salvador-BA, CEP 41740-090, ou em caso de querer algum esclarecimento ético entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL, que é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos. na Av. Cardeal da Silva, 205, Federação, Salvador-BA, CEP 40231-292, telefone (71) 3203-8913, segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Eu, _____ entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer "SIM" e participar e que a qualquer momento posso dizer "NÃO" e desistir. A pesquisadora tirou as minhas dúvidas e pediu autorização aos meus pais para que eu participe da pesquisa. Recebi uma via deste termo, li e concordo em participar desta pesquisa.

Local e data: _____

Assinatura do menor estudante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

III. Termo de confidencialidade



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: Elementos para uma Educação Ambiental contra hegemônica nas escolas.

Pesquisador responsável: JOICE PEREIRA ANDRADE TEIXEIRA

Instituição/Departamento: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Local da coleta de dados: ESCOLA ESTADUAL BENTO GONÇALVES

O/A(s) pesquisador/a do projeto intitulado "RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: Elementos para uma Educação Ambiental contra hegemônica nas escolas." se compromete a garantir a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de caráter qualitativo, preenchimento de um questionário online onde a própria instituição supracitada, concorda com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatórios, artigos, etc.). Informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Arthur de Almeida Couto, Nº 47 E, Vila Laura, CEP 40.270-100, por um período de 5 anos sob a responsabilidade de Joice Pereira Andrade Teixeira. Após este período, os dados serão destruídos, conforme acordado entre pesquisador e participante da pesquisa no ato da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Salvador, 15 de Março de 2021.

Nome do pesquisador Executor

Assinatura

IV. Questionário

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
 E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MESTRANDA: JOICE PEREIRA ANDRADE TEIXEIRA

O presente questionário tem a finalidade de levantamento de dados acerca da pesquisa para desenvolvimento do projeto de Dissertação com título RACISMO AMBIENTAL E TERRITORIALIDADE: ELEMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRA HEGEMÔNICA NAS ESCOLAS.

O preenchimento deste questionário irá garantir uma amostragem significativa para que ressalte a importância deste estudo.

QUESTIONÁRIO

1- A região de Salvador em que você mora é considerada como:

() área periférica () área nobre

2- Já ouviu falar no termo “Racismo Ambiental”?

() Sim () Não

3- Você compreende o conceito de Racismo Ambiental?

() Sim () Nunca ouvi falar.

4- Você se considera vítima de Racismo Ambiental?

() Sim () Não

5- O que motivou a escolha da sua resposta na questão acima?

6- Já ouviu falar no termo “Territorialidade”?

Sim Não

7- Você compreende o conceito de Territorialidade?

Sim Nunca ouvi falar.

8- Na escola que você estuda, existem projetos relacionados à Educação Ambiental?

Sim Não

9- Quais temas você considera que são normalmente trabalhados nos projetos, aulas ou atividades relacionados a Educação Ambiental na sua escola:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Coleta Seletiva | <input type="checkbox"/> Território e Territorialidade |
| <input type="checkbox"/> 5 R's | <input type="checkbox"/> Colonialismo e questões socioambientais |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Sustentável | <input type="checkbox"/> Mordenismo Capitalista |
| <input type="checkbox"/> Racismo Ambiental | <input type="checkbox"/> Poluição das águas |
| <input type="checkbox"/> Comunidades Tradicionais | <input type="checkbox"/> Escravização Indígena |
| <input type="checkbox"/> Reflorestamento | <input type="checkbox"/> Espécies em extinção |
| <input type="checkbox"/> Gentrificação (Processo de modificação do espaço urbano, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres ou comerciais.) | |

10- Você já trabalhou o tema Racismo Ambiental e Territorialidade em alguma atividade relacionada a Educação Ambiental?

Sim Não

11- No contexto pandêmico causado pela COVID-19, você saberia relacionar consequências negativas que você e familiares estão sofrendo ao Racismo Ambiental?

Sim Não

Muito obrigada pela sua participação!

